



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

1º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	1 de Agosto de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Akemi Kamimura	Vice-Presidente(a)	Titular	GOV	01
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	02
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Membro (a)	Titular	OSC	03
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	04
SNPIR/MDH	Roseli de Oliveira	Membro (a)	Titular	GOV	05
ASBRAD	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo	Membro (a)	Titular	OSC	06
GTNM/BA	Joviniano Soares de Carvalho Neto	Membro (a)	Titular	OSC	07
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	GOV	08
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	09
ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	10
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	11
ISER	Rafaela Cristina Bonifácio Albergaria	Membro (a)	Suplente	OSC	12
CONNECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	13
IBCCRIM	Sheila Santana de Carvalho	Membro (a)	Suplente	OSC	14
SNPIR/MDH	Sidnei Sousa Costa	Membro (a)	Suplente	GOV	-
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	-
MNPCT	Valdirene Daufemback	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DPU	João Thomas Luchsinger	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
CGSINASE	Guilherme Astolfi Caetano Nico	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
PFDC	Paula Bajer Fernandes Martins da Costa	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
CNMP	Eduardo Ferreira Valério	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DPE/SP	Leonardo Biagioni de Lima	Observador(a)	Não se Aplica!	GOV	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
OAB			



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

CUT			
RENILA			
MRE			
MJ			
SPM			
MDS			
MEC			
SEGOV/PR			

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

M	Tema/Assunto	Hora e Tempo	Leitura e Aprovação
001	ABERTURA <ul style="list-style-type: none">Fala de Abertura (Vice-Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 21ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 20ªRPO/CNPCTInformes Institucionais	09h00 (1h)	
002	DIALOGO MNPCT <ul style="list-style-type: none">Apresentação Oficial dos Novos Peritos(as) empossados no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) aprovados no 4ºPSP/MNCPT e do Relatório de Atividades do MNPCT em 2017.	10h15 (1h)	
003	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Devolutiva do III Encontro Nacional Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.	11h30 (1h)	
004	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Da Escravidão à Tortura Contemporânea: Conceitos e Métodos na Superação do Racismo.	14h00 (1h30)	
005	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Relatório do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da DPE/SP sobre as Práticas de Tortura Permanente na Penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos” no Estado de São Paulo.	16h15 (1h30)	
006	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Aprovação do Edital e da Comissão Eleitoral do 3º Processo de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para Composição do CNPCT - Mandato 2019/2020 (3ºPCP/CNPCT).	09h00 (1h)	
007	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Aprovação do Edital e da Comissão de Seleção do 5º Processo de Seleção de Peritos para o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (5ºPSP/MNPCT).	10h45 (1h30)	Momento de pauta cancelado em razão do prolongamento das discussões do momento anterior (M6).
008	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Apresentação e Deliberação da Proposta de Resolução e Plano de Trabalho da Comissão Permanente do CNPCT sobre Tortura no Sistema Socioeducativo.	14h (1h)	Momento de pauta cancelado em razão do prolongamento das discussões do momento anterior (M6).



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

009	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">2º Ciclo de Monitoramento do Plano de Ação CNPCT - 2018	15h15 (1h)	Momento de pauta cancelado em razão do prolongamento das discussões do momento anterior (M6).
010	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS <ul style="list-style-type: none">Deliberações e Encaminhamentos finais.Leitura e Aprovação Prévia dos Encaminhamentos da Ata da 21ªRPO.	16h30 (1h)	

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">ABERTURAFala de Abertura (Vice-Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 21ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 20ªRPO/CNPCTInformes Institucionais		
Documentos & Subsídios	<ul style="list-style-type: none">M1_Programação_de_Pauta_21ªRPO_CNPCT_Ago2018.pdfM1_MINUTA_ATA_20ªRPO_CNPCT_JUN2018.pdf		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Deu boas vindas a todos os participantes e declara iniciada a 21ªRPO/CNPCT. Em seguida, procede a leitura da “Programação de Pauta” aprovada pela Mesa Diretora do CNPCT durante a 5ªRMD/CNPCT e questiona se há considerações dos membros do CNPCT. Não havendo considerações por parte dos participantes, declarou aprovada a Programação de Pauta da 23ªRPO/CNPCT, inicialmente, sem ajustes da Plenária. Por último, informou que a Minuta da Ata da 20ªRPO/CNPCT foi encaminhada pela Secretaria Executiva do CNPCT com antecedência para leitura e revisão da redação das discussões, questionando se haveriam ajustes ou considerações a serem realizadas antes da aprovação.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Informou que, em relação a Minuta de Ata da 20ªRPO a Secretaria Executiva do CNPCT recebeu apenas um pedido do representante titular do Ministério da Defesa (MD) para supressão do trecho onde foi registrada a abstenção em um determinado momento de votação. Esclarece também que, o Calendário de Atividades do CNPCT em 2018 também foi ajustado, apenas para alterar a data da 5ªRMD para refletir a mudança de data da 21ªRPO já aprovada pela plenária do CNPCT.</p>		
Informes Institucionais	<p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Informou sobre as comemorações do Dia Internacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, celebrado no dia 30 de julho, onde tradicionalmente no Brasil é realizada a “Campanha Coração Azul”, com semana de atividades em todo país. Nesse sentido, considerou que seria importante o engajamento das organizações do CNPCT, por haver uma aproximação entre os crimes de tortura e de tráfico de pessoas.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Informa sobre a conclusão da Consultoria de Levantamento de Subsídios para avaliação do I PAIPCT e elaboração do II PAIPCT, realizada pela especialista Vivian Calderoni. A CGCTVI está terminando a revisão do quinto e último produto, que deverá ser apresentado a plenária do CNPCT nas próximas reuniões. A contratação de uma nova consultoria também está sendo preparada para elaboração de subsídios sobre os procedimentos de perícia para identificação de situações de tortura, a partir do Protocolo de Istambul. A ideia é produzir um material público que possa desvendar e simplificar a linguagem técnica, além de subsidiar a atuação da sociedade civil e dos gestores públicos.</p>		
Deliberações & Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Programação de Pauta da 21ªRPO, com alterações decorrentes do cancelamento e remanejamento dos momentos M7, M8 e M9 da programação inicial aprovada pela Mesa Diretora do CNPCT.2) Aprovação da Minuta de Ata da 20ªRPO, com o ajuste solicitado pelo representante do MD para retirada do registro da sua abstenção na aprovação de uma das notas públicas.		

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação Oficial dos Novos Peritos(as) empossados no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) aprovados no 4ºPSP/MNCPT e do Relatório de Atividades do MNPCT em 2017.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Deu início as atividades propondo uma rodada de apresentação de todos os participantes para o que os novos peritos possam conhecer os membros do CNPCT e ao mesmo tempo se apresentarem para o colegiado.</p> <p>Valdirene Daufemback (Perita MNPCT): Fez uma introdução sobre o processo de acolhida dos novos peritos e a reorganização administrativa e funcional do MNPCT para o próximo período. Também aproveitou o momento também para apresentar os novos integrantes da Assessoria Técnica do MNPCT, que irá dar apoio técnico e administrativo as atribuições e atividades de responsabilidade dos peritos do MNPCT.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Deu boas-vindas aos novos peritos recém empossados e sugeriu que eles possam dar uma lida no Plano de Ações do CNPCT para 2018 e se inteirar das atividades do colegiado, para que num segundo momento seja possível um diálogo de aproximação entre os planejamentos dos órgãos.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Deu boas-vindas aos novos peritos, especialmente ao perito Rafael Barreto, primeiro perito do MNPCT a ser reconduzido pelo colegiado para um mandato consecutivo e, também a perita Tarsila Flores e o perito Daniel Caldeira, com formação na área de psicologia. Nesse sentido, se coloca a</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
	<p>disposição desses e dos outros peritos com formação em psicologia para um diálogo específico com o CFP sobre o enfrentamento a tortura.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Deu boas-vindas aos novos peritos e peritas em nome do CNPCT e passa a palavra para Coordenação-Geral do MNPCT do Relatório de Atividades do MNPCT de 2017.</p> <p>Valdirene Daufemback (Perita MNPCT): Apresentou um a introdução do processo de construção do Relatório de Atividades do MNPCT de 2017.</p> <p>José de Ribamar (Perito MNPCT): Fez uma apresentação detalhada do conteúdo e das atividades relatadas no Relatório de Atividades do MNPCT de 2017.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Agradece a apresentação dos peritos do MNPCT pela apresentação do Relatório de Atividades do MNPCT de 2017 e abre a palavra para considerações dos membros do CNPCT.</p> <p>Sávio Filho (MD): Destaca a questão do desaparecimento forçado que aparece no Relatório de Atividades do MNPCT de 2017 a partir da visita a Penitenciária de Alcaçuz e das dificuldades de realização da perícia de identificação dos corpos. Nesse sentido, sugere a criação de um grupo de perícia no âmbito do Governo Federal para dar apoio aos Estados e Municípios nessas situações.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Marcar Reunião da Mesa Diretora com o MNPCT para apresentar e articular os Planos de Ação do CNPCT e MNPCT.2) Acolher o convite do CGMNPCT e indicar as representantes da SNC/MDH no colegiado para participar da Reunião do MNPCT com CNPCT prevista para o dia 13/08/2018, representando o CNPCT.		

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Devolutiva do III Encontro Nacional Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice Presidente CNPCT – SNC/MDH): A presidente Akemi abriu o encontro saudando a todos e passou a palavra para Acássio, que reiterou as saudações de parabéns à comissão organizadora, aos membros do comitê, do mecanismo e aos servidores que estiveram envolvidos no 3º Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, além de ressaltar a importância de aperfeiçoamento e sugeriu que o próximo encontro seja logo no próximo ano, em 2019, pela grande importância de continuidade de diálogo entre comitê nacional, mecanismos e comitês estaduais, sobretudo após a criação da Rede, um grande ponto positivo do evento, além da Carta de Brasília, que foi o principal produto do terceiro encontro. Como ponto a ressaltar, ele lembrou que em três falas de comitês estaduais foi evidenciado o distanciamento do comitê nacional em alguns processos estaduais. Um aceno importante que o comitê fez para a dinâmica do sistema nacional foi o indicativo de que as seleções dos mecanismos estaduais possam contar agora com a perspectiva de políticas afirmativas.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Acássio de Souza (ANCED): Como desafio, Acássio ressaltou a importância de que seja discutido e encaminhado sobre a Rede participar das reuniões do Comitê e finalizou dizendo da importância da Rede para se pensar uma metodologia capilarizada, linear e horizontal.</p> <p>Valdirene Daufemback (Perita MNPCT): A palavra foi passada para Valdirene, que, sob o ponto de vista de quem participou da comissão organizadora do terceiro encontro, acolhe todas as avaliações sobre o evento e expôs a complexidade do evento, principalmente por terem três anos desde o último encontro nacional e muitos temas precisaram ser abordados em um curto espaço de tempo, porém a construção da Carta contemplou grande parte dos assuntos. A sugestão de ter representantes estaduais na comissão organizadora do próximo evento será de grande importância para a articulação e promoção do próximo encontro, assim como as reuniões do comitê. Valdirene registrou que o evento, apesar de extenso, foi bastante qualificado, que partiram de pautas essenciais e que é excelente o comitê se comunicar com as agendas externas e com atores externos, quem olha a Carta percebe que ela se comunica com os programas centrais da questão da política de prevenção e combate à tortura. O período de organização do encontro foi delicado por conta de o Mecanismo ter somente seis peritos e o Ribamar, que estava mais próximo aos processos representando o Mecanismo precisou assumir outras atividades e passando então ela a conduzi-las e, apesar dos desafios, ela avaliou que o processo coletivo de organização conseguiu atender às expectativas. Sobre a composição dos representantes dos comitês, foi respeitada sua autodeterminação. Outro assunto foi um esclarecimento sobre o FUNPEN, assunto o qual ela sugeriu que fosse debatido em momento específico da plenária, durante o encontro foi citado o fundo para financiamento, porém ela esclareceu que o relatório do mecanismo relacionado ao FUNPEN não traz recomendação alguma com relação a direcionar recursos para o sistema de prevenção e combate à tortura, realidade que necessita ser discutida profundamente. Ela ressaltou a importância de o comitê pensar em um financiamento para política e não os colocar dentro de um orçamento de qualquer outro fundo penitenciário ou fundo da criança, por exemplo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Em seguida, Karolina disse do privilégio de ter feito parte da comissão organizadora dos encontros nacionais de 2013, de 2015 e agora no de 2018. Lamentou a ausência do Marcelo e do Francisco por terem sido indicados pelo comitê para acompanharem as discussões e disse do desafio de cada membro se apropriar mais nos próximos eventos para evitar qualquer sensação de separação entre membros e comissão organizadora, inclusive disse que constou na ata da Carta de Brasília a necessidade de mais aproximação, agregar representantes dos estados e dos mecanismos, comitês ou mesmo organizações a exemplo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como fruto de aprendizado, Karolina desafia o comitê a montar um documento de recomendações para a organização do quarto encontro. Sobre a autonomia de comitês, ela viu nos debates que muitos representantes da sociedade civil vivem dificuldades de negociação com o seus governos estaduais e, para esses estados, essa é uma autonomia necessária naquela situação específica, a coordenação tem diretrizes básicas para modelos de autonomia, porém cada estado possui um contexto político diferente e onde o governo federal não tem como interferir diretamente. Karolina apontou como ilegal a situação de racismo no terceiro encontro</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>envolvendo Rafaela e Patrícia e que a coordenação não tinha recebido essa informação.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Em suas palavras como parte da organização do evento, disse da necessidade de atenção aos detalhes, como passagens, além de cada integrante fazer articulações em seus respectivos estados para contribuir com uma visão mais completa. Sobre a autonomia citada pela Karolina, Rafaela pontuou sobre não existência de comitê e não existência de lei para instituí-lo e reforçou a importância da organização da sociedade civil inclusive para promover pressão política, pois no encontro houve uma demonização da institucionalização e estar instituído em lei não compromete a autonomia e dá maior segurança jurídica, disse também da necessidade de construção de manuais para orientação de caminhos inclusive para sanar dúvidas sobre como tocar o sistema nos âmbitos estaduais. A respeito da situação de racismo, o promotor do Amazonas proferiu diversos comentários racistas durante as atividades do grupo de trabalho que fizeram parte. Sobre a construção da Rede, Rafaela viu como uma grande oportunidade, sobretudo para moldar essa nova construção, inclusive levar diversidade para a composição dos comitês e assim facilitar a atuação em âmbito local e colocar o comitê no cotidiano dos territórios.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): O doutor Eduardo solicitou a palavra para se colocar à disposição sobre o ato de racismo e suas questões práticas de encaminhamentos para a procuradoria geral.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): A presidente Akemi reiterou que à época do encontro a situação de racismo não apareceu e que poderia ter sido tratado de outra forma na ocasião e pôs o alerta para que haja, por parte do comitê em outras situações semelhantes, mecanismos de tratativa, de reparação, discussão e responsabilização.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Pontuou como extremamente proveitoso o encontro e a promoção desses debates com esferas diferentes produziu um grande aprendizado, parabenizou a organização pelo cuidado de trazer temáticas mais racializadas para pela necessidade de considerar a questão racial a essência para discutir tortura e violência dentro dos espaços de privação de liberdade, assim como o genocídio, tema de suma importância para discussão sobre sua presença na política de Estado. Sobre o fundo penitenciário, disse na necessidade de discussão, pois desde o início do mandato esse tema existiu, mas nunca foi discutido com robustez a fim de garantir a sustentabilidade do sistema de prevenção e combate à tortura no Brasil e sugeriu que esse tema seja pautado na agenda do comitê. Por fim, questionou sobre notas que foram aprovadas no encontro.</p> <p>Valdirene Daufemback (Perita MNPCT): Valdirene disse que para liberação do relatório final do encontro faltaria somente a provação de um membro da organização e que em breve será divulgado. Joviniano aproveita para pedir que a moção destinada aos candidatos ao governo fosse disponibilizada mais rápido. Rafael disse ser inaceitável ato de racismo e se disponibilizou para ajuda nos encaminhamentos. Sobre os fundos, disse que, a partir da experiência com o socioeducativo, o comitê tem a necessidade de pensar e dizer o quanto precisa, ver qual o modelo de mecanismo que deseja, qual a base de arrecadação, estabelecer a alíquota e encontrar alguém para fazer um PL e se colocou à disposição para aprofundamento no tema.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Rafaela Albergaria (ISER): Disse da importância de dar publicidade a Carta do encontro de forma eficaz e de um pré-encontro para o próximo encontro a fim de definir a metodologia, a forma, o que vai ser debatido e o sentido, podendo ser virtual ou não.</p> <p>Gustavo Magnata (Perito MNPCT): Sugeriu que a Carta de Brasília fosse aproveitada nesse período eleitoral fazendo com que os candidatos a governador ou partidos políticos se comprometessem com o teor da carta, pois as autoridades públicas precisam se comprometer com prevenção à tortura.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Disse que a carta de Brasília está disponível no site do terceiro encontro, assim como as apresentações e o relatório final, sugeriu então que fizessem um pacote de informações a serem compartilhadas com os comitês estaduais e mecanismos oficialmente, sem excluir a ação do mecanismo sobre isso. Pediu compromisso para todos os membros do comitê divulgarem a carta em seus sites, assim como o CFP fez, e compartilhem entre o comitê suas veiculações.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Lembrou que existem plataformas eleitorais nacionais ou regionais onde as organizações se cadastram e incluem propostas as quais podem ser adotadas por candidatos, assim a carta ganharia uma maior visibilidade política.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Encaminhar Ofícios do CNPCT aos destinatários das propostas da Carta de Brasília (3ºENCMPCT).2) Incluir nas próximas reuniões do CNPCT a discussão sobre as possibilidades de financiamento de políticas públicas de prevenção e combate à tortura, incluindo o FUNPEN.3) Propor à Comissão Organizadora do 4ºENCMPCT que considere as questões de gênero e raça na programação e inclua os representantes dos CEPCTs e MEPCTs no seu processo de organização.		

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Da Escravidão à Tortura Contemporânea: Conceitos e Métodos na Superação do Racismo.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Após a pausa para o almoço, a presidente convidou Roseli e Sidnei da SNPIR/MDH para conduzirem a primeira pauta da tarde.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Apresentou-se como socióloga, em nome da SEPIR e à frente da Coordenação de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas do departamento de Igualdade Racial do MDH tomou a palavra e questionou a ausência de dez membros do comitê, o que a fez cancelar com o convidado especial da universidade que iria conduzir o tema, passou então a palavra para Sidnei Sousa, professor e mestre em teoria literária que reúne experiência com racismo no sistema prisional, reclusão em espaços de privação de liberdade com recorte na questão da loucura e na questão do álcool. Roseli deu sequência distribuindo uma folha com três questões a serem respondidas pelos participantes,</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>na posição de como guardiões dos direitos, para provocá-los a se se colocarem no lugar dos que sofrem racismo. As questões giraram em torno de como o comitê pode romper com esse processo, qual movimento que o comitê deve construir e onde está o racismo, afinal todos reproduzem cotidianamente os processos de privilégio e de exclusão baseados no modelo do final do século XIX, as pessoas não se sensibilizam com os dados estatísticos que envolvem abusos de crianças negras, mortes de mulheres e jovens negros, condição subalterna, sexualidade, coisificada ou ignorada da mulher negra, como o comitê fará o enfrentamento a essa invisibilidade? Como essas pessoas podem acessar os direitos humanos? Sidnei continuou dizendo que o legado da escravização constitui o indivíduo, pensar uma pessoa negra para uma sociedade dentro do século XIX e que era hostilizada sua presença cerceada a ela a cidadania, a educação, criando a esse corpo negro uma liberdade sujeita a um aprisionamento. E esse aprisionamento tem reflexo não só no campo físico, mas também no campo teórico quando se pensa a perspectiva de direitos humanos. O Brasil traz perspectivas de república liberal construída a partir do processo do final da escravização e dentro do elemento da diversidade há o cerceamento daqueles que poderiam ter um potencial, mas não em um aspecto de ser que pensa, que reflete, que tem cultura, que tem filosofia, que tem religiosidade, surgindo nas cidades o desejo de separação entre negros e brancos e limpeza dos negros por parte dos governantes a exemplo do Rio de Janeiro onde há pessoas que propõem bombardeios de morros, perpetuando a realidade do século XIX nos dias atuais, nos levando a um paralelo com a contemporaneidade onde a ONU em seu relatório lista a questão do racismo institucional, que já se percebe como epistêmico. Sidnei reforça que seu objetivo é sensibilizar o comitê para a realidade de que as pessoas negras que estavam antes nos centros das cidades perderam seus espaços de moradia e se constroem manicômios e presídios. Os jovens estão se perdendo por um processo histórico.</p> <p>Sidnei Costa (SNPIR/MDH): Trouxe a história de Lima Barreto sobre o almirante negro, que foi internado no final da sua vida em um manicômio, insanidade que foi refutada pelo médico negro Juliano Moreira que fez o laudo do almirante negro dizendo do equívoco do Estado em colocar lá um senhor aptidão física e mental inquestionável.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Em sequência, Roseli expôs que toda sua provocação passa do século XIX ao século XXI, da escravidão à tortura contemporânea. No século XX, em 1920, Gilberto Freire vai vender para a sociedade mundial de que não há racismo no Brasil. Inclusive recentemente sobre cotas para universidades um senador da república defendeu a não necessidade de cotas. Porém a necessidade é de reparação histórica. Recentemente na PEC das empregadas domésticas, quando se assegurou o direito das trabalhadoras, as mulheres não negras mandaram todas elas embora. Passando para a década de 50 e 60 onde a utopia era o socialismo, pregou-se que o problema brasileiro não era o racismo, era alcançarmos as condições econômicas igualitárias, aí então que estudiosos descobriram que o negro não está no mercado de trabalho, não está na escola. Revelado esse problema e caminhando ainda um pouco mais no século XX, os negros que conseguiram adentrar à universidade começam a apresentar um conjunto de planos de ação denunciando o Estado brasileiro. Década de 70, 80. E aí começa a discussão sobre políticas afirmativas, quando em 1995 FHC recebe a marcha, 100 mil pessoas negras em Brasília e ele, como estudioso lá da década de 60, sabia que o racismo é estruturante na realidade brasileira, ele vai assumir que</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>o racismo é institucional e aí sinaliza com as políticas de ações afirmativas que vão de fato acontecer a partir do século XXI. Pensamos que o racismo está sempre no outro, porém é uma doença que está naturalizada no nosso processo, é uma doença social, uma doença institucional, está presente no nosso cotidiano. Os negros que estão no mercado de trabalho recebem os piores salários e quando passam em concurso público não são promovidos. Nos presídios, os mais negros limpam vasos sanitários e não negros na administração. Agora no século XXI onde queremos olhar para frente, qual o movimento interno desse comitê para transformar a realidade atual? Sidnei, em continuidade, disse da perspectiva do corpo negro ausente na perspectiva de direitos humanos para presente a partir do século XX, onde o corpo negro é um corpo de dor agora e é um corpo que tem presença, porém presença ainda invisibilizada, ou então aquelas pessoas que são socialmente vistas como brancas conseguem agora perceber sua negritude. Para um jovem negro que está no socioeducativo ver uma perita negra, um perito negro dentro daquele espaço como sujeito de percebedor de uma diferença e que vai poder transformar aquela realidade é muito caro para ele porque ele sai de um referencial de nulidade.</p> <p>Sidnei Costa (SNPIR/MDH): Citou como instituições presentes como Justiça Global, IBCCrim, a DPU, dentre tantas outras instituições e questiona como está a presença negra nesses espaços institucionais, a presença negra que fala, que pede voz, que se forma na universidade, que entra em um concurso público. Sidnei propôs a abertura de diálogo. João Thomas, da DPU de Manaus, disse ter tido muita sorte de participar da reunião e contou sua trajetória de estudante na Bahia, onde presenciava situações de racismo, ao se formar, concluiu que a Bahia era o estado mais racista do Brasil, reforçou que só quem sofre racismo na própria carne é que pode realmente se expressar e parabenizou Rafaela, que por sua inteligência e articulação abala a elite branca.</p> <p>João Luchsinger (DPU): Citou experiência no Amazonas onde uma estudante africana que estagiou na DPU só conheceu o racismo aqui no Brasil, onde infelizmente passou por situação de racismo e o próprio sistema de justiça categorizou o ato como injúria racial, amenizando o crime, pois racismo é definido na Constituição como crime inafiançável e injúria racial prescreve. João Thomas finaliza com a reiteração de que racismo, homofobia e transfobia precisam ser enfrentados.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Relatou que, sobre o almirante negro, não queriam atirar no morro, mas sim no palácio do governo para abolirem o açoite na marinha. Sobre o comunismo, ele lembrou que participou deste tempo onde diziam que o movimento negro, o movimento feminista, ambientalista que aparecem na década de 70 eram um modo de desviar a luta do fundamental, o fundamental era a luta de classe, resolvendo a questão da luta de classe resolveriam todas as discriminações, o que não foi verdade. O principal seria melhorar o ensino fundamental e médio nas escolas públicas para tornar as cotas desnecessárias, porém a questão de cotas foi derrotada por entidade de esquerda. Lembrou que não só o Brasil nasceu na violência, assim como todos os países do mundo, a luta é para melhorar. Reforçou que o termo é “direitos humanos” mesmo e que não se pode generalizar quando se fala que todas as empregadas domésticas foram mandadas embora de seus empregos.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Rafaela Albergaria (ISER): Trouxe ao pleno uma provocação questionou o que todos entendem por racismo institucional, racismo estrutural e democracia racial. Afinal, o racismo é uma relação e mesmo quando nós apenas presenciamos um ato de racismo e não fazemos nada a respeito, somos reprodutores do racismo e trouxe a frase de Valério Arcari que diz “em uma relação, em uma luta entre desiguais, não fazer nada é uma posição, é ficar do lado de quem está ganhando”, o racismo é muito mais concreto que xingamentos, está presente nos relatórios produzidos pelo próprio comitê quando, nas visitas de monitoramento, onde a grande maioria que está presa na cadeia são negros e isso não consta em relatório, apagamento este que gera morte. Ela disse de sua formação como assistente social e lembrou que questões sociais só viram políticas públicas quando são mapeadas e o Comitê tem o desafio gigante de transformar a prevenção e combate à tortura uma política. O movimento negro tem apontado que há um apagamento quando se quer discutir segurança pública, sistema prisional, sistema socioeducativo sem discutir a questão racial primeiro. O Brasil é sim um país forjado pela violência contra os nativos e os povos sequestrados escravizados, a ditadura não inaugurou um período de violação, todas aquelas tecnologias já eram usadas contra os corpos pretos, inclusive sobre desaparecimento forçado, no Rio de Janeiro, pela ampliação do VLT, encontraram na Marechal Floriano um cemitério de ex-escravizados onde a Cedae e a Light estão pegando esses ossos e jogando fora porque objetivamente os corpos negros não valem nada. Se nos relatórios produzidos não se apontar quem é a massa carcerária, estaremos matando aquelas pessoas. Sobre leis racialistas, além da Lei Eusébio de Queirós que incentivava a imigração para o Brasil no intuito de embranquecer a população, houve a Lei de Terras em 1850 a qual proibiu que os negros arrendassem terras, tirando dos alforriados a subsistência, em 1934 a Lei de Cotas proibiu a imigração de negros e amarelos, em 1942 a Lei da Vadiagem dizia que, para a segurança nacional, mais de um negro na rua sem identificação era tratado como formação de quadrilha e tinha pena mínima de 3 meses, lembrando também da Lei de Segurança Nacional de 1967 que unificou crimes políticos, e quando vem a anistia, os corpos negros são tratados como criminosos comuns e não como presos políticos, mas as violências que são legitimadas todas as vezes que há omissão nos relatórios há morte, e se nós gestássemos políticas públicas não haveria mortes desse jeito. A perda de uma prima por atropelamento de trem e a empresa de transporte disse que foi suicídio, sendo que nem a estatística de que há um atropelamento por semana é divulgado porque os corpos que morrem são pretos. Todos os presentes ocupam um espaço de poder e o que tem sido feito por cada um nesse espaço de poder? Rafaela disse ter visto muita gente dizer “eu sinto vergonha de ter privilégios”, mas reforçou que ter vergonha não os mantém vivos, é preciso ter ações concretas para evitar mortes.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Disse que realmente é um deslocamento de protagonismo que faz com que haja uma nova perspectiva diferente, disse que ela teve contato com a questão racial na universidade ao ver amigas negras relatarem violações de direitos, porém na academia havia uma discussão de racismo social e não institucional, não acadêmica, colegas acadêmicos que adentraram à universidade pela Fundação Ford que eram pessoas muito engajadas na causa que a ajudaram a ter um olhar mais qualificado, já na pós-graduação, o contato a literatura de Pierucci, Ciladas da Diferença, já esboçou o quanto as pessoas são alienadas sobre o tema, arrematando, ela disse que, sobre a questão de reparação histórica, precisa-se trazer para o contexto o que o passado ainda faz latente, como</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>um sistema prisional superlotado de negros trabalho escravo prioritariamente de negros em fazendas é subemprego, tudo é ausência de reparação histórica, ainda referendou o que Rafaela disse sobre colocar nas ações, nos relatórios, nos documentos do comitê a questão étnica, o recorte de gênero, a questão etária de forma natural. Ela parabenizou pelo debate que os fez sair do senso comum e sofisticar o debate.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Trouxe a questão de negros matarem negros dentro da corporação policial e lembra que o sistema é feito para matar negros e esse sistema forma seus policiais, ela lembrou de uma visita ao presídio do Espírito Santo onde ela como jornalista via uma cela enorme mas não visualizava as pessoas, levantando a câmera fotografou o que parecia a ela um navio negreiro, fato que a marcou profundamente, e reforça que o sistema prisional e as mortes produzidas trazem a questão do genocídio, porque é um sistema programado para isso, além da questão da perseguição religiosa sofrida por terreiros até hoje, ela trouxe uma frase de Luíza Bairros sobre uma matéria de grupos de extermínio que ela havia feito que dizia aqui “E o que a gente faz entre um homicídio e outro? Não quero contar mortos”.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Citou que na comemoração de 500 anos do Brasil houve uma contra comemoração onde ficou explicitada situação de desigualdade, de racismo e de violência que país ainda se encontrava, sobretudo pelas fotografias divulgadas mundialmente de um negro sendo puxado pelo cabelo e um indígena deitado na estrada e os soldados passando por cima do corpo dele, fato que levou a um enorme constrangimento aos diplomatas brasileiros pelo fato de inclusive a ONU ter tido acesso às cenas, outro ponto foi que em uma conversa com Milton Santos, geógrafo, ele dizia “por que será que para os indígenas se gera uma certa simpatia na sociedade, nas instituições, nas pessoas e para os negros não?”, ele mesmo respondeu: “será que indígenas remetem à natureza, a certa coisa assim ecológica de pureza e tal, e os negros remetem a trabalho?”, por último Paulo disse, sob a ótica da psicologia, da importância de fazer conhecida a vivência existencial única, intransferível de ser negro em uma sociedade e as características próprias dessa vivência, podendo gerar empatia e transformação, além do reconhecimento da mesma humanidade pelos demais.</p> <p>Tarsila Flores (Perita MNPCT): Levou ao pleno o conceito de genocídio que diz ser assassinato de membros de um certo grupo dando grave à integridade física ou mental dos membros desse grupo, sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar sua destruição física total ou parcial, medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio desse grupo e a transferência à força de crianças de um grupo para outro, o que pode dar base a um ciclo do genocídio quando uma mulher periférica, negra, pobre, filha de uma mãe solteira passa por um processo de exclusão que depois vai levá-la a se tornar vítima de violência física, psicológica, sexual, parte de racismo epistêmico, o racismo institucional, a violência obstétrica, o tráfico de mulheres e a exploração sexual, e como parte dessa exclusão, o que Deise Benedito traz como explanação sobre a mulher ser capturada pelo narcotráfico, quando seu final também é o encarceramento ou a morte, deixando seus filhos sujeitos a instituições de acolhimento institucional ou dentro da prisão com sua mãe, reforçando o conceito da ONU sobre genocídio, situação que leva muitos jovens aos 18 anos saírem das instituições de acolhimento para talvez reproduzir todo o processo de onde ele veio, ela reforçou que o</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>mecanismo precisa trazer o debate sobre raça, etnia, questão de gênero, LGBT e mais para o centro.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Indicou ao grupo a leitura do artigo da Eliane Brum, O melhor branco só consegue ser um bom sinhozinho e enfatizou que o tema deve estar sempre em pauta no comitê, além de estar presente nos relatórios e falas, porém para além dos relatórios, ela pontuou à plenária a necessidade de uma sistematização que guie as ações do comitê e as ações dos estados.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Tomou a palavra e alertou para o horário de 4h36 e que a defensoria pública de São Paulo ainda apresentaria o relatório, além do lançamento do relatório do mecanismo, solicitou que os inscritos fossem breves.</p> <p>Bruno Teixeira (Perito MNPCT): Reforçou a importância de espaço de debate e construção como este e disse da necessidade de encaminhar questões práticas e debates profundos para sanar o desconhecimento sobre os dados, números, estatísticas e diagnósticos e colocou em pauta a questão de os não negros estarem realmente preparados para puxar o debate de paridade, dessa forma a cota sai dos 30%, 20% e sim 50/50, ou então discutir pela proporcionalidade. Joviniano explicou que sempre reage quando o Brasil é colocado como pior do que todos os outros países e com relação ao genocídio, a fala da colega esclareceu e ele pretende fazer uma confrontação do conceito com a realidade.</p> <p>Camila Prando (Assessora MNPCT): Em sua fala enfatiza que toda discussão sobre racismo praticamente se volta a uma discussão sobre os problemas dos negros no Brasil e um encaminhamento segundo sua visão seria a criação de um grupo para discutir branquidade dentro desse espaço de poder, pois é necessário olhar isso e formular políticas nos relatórios é uma questão de habilidade no olhar, habilidade que a branquidade não tem.</p> <p>Deise Benedito (Perita MNPCT): Ao tomar a palavra, Deise disse que números e dados o comitê já tem e é necessária uma política pública eficaz, sobre o narcolirismo, é a dependência afetiva que leva inúmeras mulheres para as prisões, que leva mulheres para o tráfico ou passar a serem dependentes químicas por conta de sua paixão por esses homens encarcerados, outro termo que uso é a repunição, que retrata a realidade de que não basta dar a sentença ao condenado, os punem novamente, deixam sem sapato, deixam sem chinelo, dão a pior comida pela necessidade de recastigá-los, inclusive salientou a importância de se trazer a discussão a questão indígena, como proposta ao comitê, fazer divulgação da degravação deste debate dentro do comitê e uma futura publicação do comitê.</p> <p>Paula Bajer (PFDC/MPF): Trouxe como novidade a criação de um grupo de trabalho na PFDC para combater o racismo, pensando em como o racismo dá origem a todo sistema punitivo, ela lembrou que as leis são super avançadas, mas na prática elas não acontecem, o tema do racismo no sistema prisional não está sendo abordado e não bata chegar a conclusões de que a maioria das pessoas presas é negra sem haver um enfrentamento verdadeiro disso, e, além das pessoas negras, qualquer pessoa encarcerada não pode ser tratada como coisa, ela ponderou que todos os relatórios do mecanismo apontam situações aviltantes e todos do comitê exercem algum poder de transformação em algum sentido e porque continua do mesmo jeito, então uma proposta ao comitê poderia ser a construção</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>de um grupo ou algo que pensasse em uma adaptação da legislação atual para a lei de tortura para que se possa responsabilizar as pessoas.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Lamentou que o tempo tenha se esgotado para a pauta e passou a palavra à Roseli para últimas colocações.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Se disponibilizou para uma contextualização história e teórica mais aprofundada, ela destacou que a Camila foi certa em dizer que é preciso os não negros olharem seu lugar histórico de privilégio e Rafaela em dizer que o racismo é relacional, sobre direitos humanos ela colocou que no século XIX o Estado de direito era para uns e para outros era Estado de Natureza, disse que Paulo apontou uma importante questão sobre subjetividade, e falar sobre as subjetividades, sobre as doenças que afetam a todos é fundamental. Para que todos promovam transformação social será necessário entender que o racismo é estruturante porque pessoas pretas e brancas estão em relações de violência e finalizou com uma frase de James Baldwin, ativista dos Panteras Negras, que diz “nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado se não for enfrentado”.</p> <p>Sidnei Costa (SNPIR/MDH): Agradeceu a colocação da Rafaela e disse que viu que muitos do comitê já têm a sua construção de percepção da questão racial, ele expôs que, sobre o almirante negro, ele abordou o assunto para mostrar o equívoco do Estado em colocar um senhor com aptidão física e mental inquestionável em um espaço com outra finalidade que não a recuperação mental.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Relembrou da carta do encontro e compartilhou como encaminhamento a questão de ter um espaço nos relatórios das recomendações que podem ser usados para essa finalidade e, sobre a campanha que está sendo construída, ela sugere que talvez na próxima reunião seja discutido sobre colocar como eixo determinante da campanha esse tema, sugeriu que o comitê estude sobre a tese de atenuante genérica e seus desdobramentos no âmbito jurídico, além de ressaltar que no encontro foi a pontada a necessidade de se criar núcleos de defensoria nas delegacias, tema a ser discutido pelo comitê e enviar documento para as delegacias dizendo na necessidade dos núcleos, como último ponto, disse da necessidade de pautar que as audiências de custódia não tem detectado situações de tortura.</p> <p>Akemi confirma como ENCAMINHAMENTOS: 1): Presença do sistema de justiça na próxima reunião do CNPCT, 2): Continuidade de discussão sobre questão de raça, racismo, desigualdade, racismo estruturante nas reuniões do comitê, 3): Publicação sobre as discussões, aprofundamento dessas discussões e a proposta de uma comissão permanente do comitê sobre essa temática discutindo também a questão da branquitude no sistema de poder e toda questão da prevenção e combate à tortura, 4): Incorporar essa temática nos relatórios do comitê, do mecanismo, documentos do comitê. 5): Defender a criação de núcleos de defensoria nas delegacias.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Pediu a palavra e ressaltou a importância da discussão de políticas afirmativas no comitê, no mecanismo, além da discussão sobre paridade e sugeriu o compartilhamento de leituras pertinentes ao tema para que os membros qualifiquem seu olhar para a temática e se disponibilizou para um segundo encontro trazer oficinas com outros olhares.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Sugeriu que a plenária se dividisse para prestigiar tanto a apresentação do relatório do núcleo especializado de situação carcerária da defensoria pública do estado de São Paulo quanto o lançamento do relatório do mecanismo.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Sugeriu que já fossem indicadas duas ou três pessoas para irem ao lançamento do relatório para não esvaziar a plenária.</p>		
Deliberação	<ol style="list-style-type: none">1) Aprofundar a temática acerca das relações étnico-raciais e seu impacto na prevenção e combate à tortura.2) Avaliar a publicação das discussões do CNPCT sobre o assunto do momento M4.3) Avaliar a criação de uma Comissão Permanente do CNPCT sobre o assunto das relações étnico-raciais para institucionalizar o debate entorno da formulação de propostas de políticas públicas para superação do racismo como prática de tortura.4) Incorporar essa temática das relações étnico-raciais nos relatórios do MNPCT e os documentos do CNPCT.5) Fazer um documento do CNPCT sobre aplicação do sistema de cotas no sistema justiça.		

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Relatório do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da DPE/SP sobre as Práticas de Tortura Permanente na Penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos” no Estado de São Paulo.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Reforçou a necessidade da presença de todos os membros para o momento de encaminhamentos após o lançamento do relatório do mecanismo e passou a palavra para o defensor Leonardo Biagioni de Lima, do núcleo especializado de situação carcerária da defensoria pública do estado de São Paulo para relatar as práticas de tortura permanente na penitenciária de Doutor Paulo Luciano, Avaré 1, de Campos no estado de São Paulo.</p> <p>Leonardo Biagioni (DPE/ES): Iniciou dizendo que, em razão de diversas denúncias, o núcleo especializado de situação carcerária da defensoria foi realizar inspeção dia 11 de setembro na penitenciária de Avaré, porém a equipe foi impedida de entrar nos locais de aprisionamento sob alegação do diretor da unidade prisional que aquela unidade teria um critério excepcional de segurança, porém algumas pessoas presas, que já teriam enfrentado situações de tortura e violência dentro da unidade prisional foram entrevistadas na área administrativa, conversas que confirmaram diversas violações de direitos já até conhecidas pela defensoria em suas inspeções como questões de saúde, alimentação precária, em relação ao tratamento que era dispensado às visitas, mas o que ficou é que teria havido poucos dias antes dessa visita de inspeção uma ação bastante arbitrária e violenta por parte do GIR, o grupo de intervenção rápida que atua no estado de São Paulo, um grupo de intervenção rápida formado por agentes penitenciários da</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>própria secretaria de administração penitenciária no intuito de substituir a presença da polícia militar nos presídios e funciona de forma militarizada, inclusive com uso de armas como bala de elastômero, uso de bombas de gás e spray de pimenta. Os presos relataram que em 15 de agosto de 2017, no espaço do banho de sol onde há apenas uma marquise para proteção da chuva, porém a instituição demarcou este local como área de segurança e, portanto proibido para abrigo da chuva, contudo, pela força da tempestade houve aglomeração naquele local o que provocou a ação do GIR com balas de borracha, bombas, uso de cachorros, spray de pimenta, havendo agressão geral a toda a população que estava ali no banho de sol. Foi solicitado à juíza corregedora da unidade prisional e deferido o pedido de ingresso na penitenciária por nossa conta e risco, então em 20 de setembro houve demora e dificuldade para o acesso da defensoria ao local, mas a equipe adentrou em Avaré, uma penitenciária de isolamento e o procedimento para qualquer saída de cela consiste em os presos terem que ficar nus, entregar a roupa para o comandante do GIR que acompanha na porta da cela, seguram os testículos levantando e abaixando três vezes, abrindo mãos, boca, passando a mão no cabelo, bater a cueca no chão, ficar de costas, levantar a sola dos pés, fora os casos de agressão que são diversos os relatos, além disso, as celas individuais proporcionam pouco convívio, há falta de ventilação e iluminação nas celas e, como agravante, a permanência constante do GIR. Pôde ser constatado após um mês da ocasião da ação do GIR na marquise da área de banho de sol diversas pessoas presas com marcas ainda aparentes, algumas sem dente devido ao uso de balas de borracha em espaço pequeno, diante de todas as ações truculentas do GIR nos dias 15, 29 e 30 de agosto, a população carcerária da penitenciária 1 de Avaré iniciou um protesto pacífico com recusa de banho de sol, o que durou nove meses. Foi encaminhado então um pedido de providências à juíza corregedora local relatando diversas irregularidades e violações de direitos dia 10 de outubro de 2017 relatando 43 pedidos de regularização de violação de direitos e alguns com urgência e foi solicitado também as imagens das câmeras de segurança de Avaré 1 dos acontecidos em 15,29 e 30 de agosto também exame de corpo de delito. Distribuído o pedido, a unidade prisional apresentou resposta negando as violações de direitos e justificando violações que ocorriam na unidade prisional de acordo com a periculosidade das pessoas que estavam presas, além da omissão do judiciário em relação aos pedidos urgentes e baseado em novas denúncias de violência dentro da unidade, foi pedido novamente o envio das imagens das câmeras de segurança e também que fossem ouvidas algumas pessoas presas. Fomos intimados nesse pedido de providências, pedimos de novo que algumas pessoas fossem presas reiterando todos os pedidos que tinham sido feitos anteriormente, datando final de novembro, no início de dezembro teve a primeira decisão judicial que determinava que cópia das gravações das imagens das câmeras de segurança fossem enviadas, bem como fossem realizados laudos de exame de corpo de delito nas pessoas presas, oitiva judicial de alguns presos e também a lista de transferência e instauração de inquérito policial, no entanto, não houve cumprimento pela direção da unidade prisional ao que no dia 19 de dezembro defensoria reiterou todos os pedidos, inclusive que fosse oficiado o Ministério Público a fim de se verificar eventual ocorrência de improbidade administrativa por parte da direção do presídio. Após recesso forense, e após visita da juíza à unidade prisional, tudo o que a juíza havia decidido anteriormente foi retratado inclusive em relação às imagens, a unidade prisional não necessitaria mais enviar e sim teria que verificar a possibilidade de envio das imagens que o exame de corpo de delito.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>Foi realizada representação da juíza na Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo. Depois da representação, ela determinou a avaliação médica das pessoas que estavam presas em face da ausência de banho de sol, e que fosse realizada perícia de engenharia na unidade prisional para possibilidade de haver local para abrigo nos dias de chuva durante o banho de sol. Em maio os presos saíram para banho de sol mediante pressão da direção da unidade prisional que estava transferindo presos de Avaré 1 para a penitenciária de Venceslau. Até hoje o pedido de providências não teve nenhuma decisão judicial para correção das violações de direitos mencionados e por este fato o tema veio como pauta ao comitê. Por fim, informa que tentou ser breve em relação a relato da DPE/SP, para vocês aí</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Agradeceu a exposição do Dr. Leonardo Biagioni (DPE/ES) e, abriu inscrições para falas dos membros do CNPCT.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Questionou sobre a defensoria não ter levado o caso de omissão da juíza ao CNJ e Leonardo confirmou que está sendo cogitado.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Alertou sobre o perigo do sistema prisional de São Paulo parecer, aos olhos dos demais brasileiros, mais organizado e mais respeitador de direitos humanos, ele reiterou a importância de visitas mais amígdas do mecanismo ao sistema prisional de São Paulo em face de não haver mecanismo estadual no estado.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Lembrou que uma das bandeiras de luta do IBCCrim é a implementação do sistema estadual de prevenção e combate à tortura em São Paulo, e como manifestação do comitê disse da validade de encaminhando inclusive para aqueles lugares onde foi arquivada a proposta de pedidos que a defensoria fez, além de tentar interface dentro da Assembleia Legislativa visando comunicabilidade com projetos de lei que estão em andamento e que visam a criação do mecanismo.</p> <p>Deise Benedito (Perita MNPCT): Concordou com a necessidade de visitas do mecanismo a São Paulo e reforçou a importância da presença do CNJ na próxima reunião e mais uma vez a apresentação do relatório pelo Leonardo com a presença de todos os membros do comitê e membros do CNJ, MPF, PFDC e que seja mostrada a realidade de São Paulo.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Propôs que o desembargador que coordena as execuções criminais em São Paulo, Luiz Antônio Cardoso, seja também convidado para a próxima reunião, visto que tem se mostrando interessado em entender tudo isso.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Trouxe que, na questão do sistema socioeducativo, também há relatos de adolescentes sobre tortura, e lembrou que tem isso graças ao empenho e força de vontade dos defensores e defensoras dos núcleos da defensoria do estado de São Paulo e que a proposta do desembargador na próxima reunião será benéfica para a questão do socioeducativo também.</p> <p>João Luchsinger (DPU): Relatou que no Amazonas já se tem providências positivas como retirada das travestis do sistema masculino e a colocação no sistema feminino em cela separada.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Lembrou também de dificuldade de acesso a unidades socioeducativas e propôs encaminhamento de que houvesse uma</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
			<p>recomendação ao governo do estado de São Paulo reafirmando as prerrogativas da defensoria que são prerrogativas presentes na lei complementar 80/94 que dão à defensoria os poderes de fazer a defesa plena dos interesses individuais, difusos, coletivos, de promover ação civil pública e outras ações de natureza coletiva que demandam esse tipo de ação que é a inspeção. Em relação a outros encaminhamentos, ele salientou as importantes representações desse comitê em São Paulo, Conectas, IBCCrim, ASBRAD, seria interessante somar essas representações em atividades em ações que sejam estratégicas, tanto em relação a esse caso específico como da defensoria pública em geral no sistema prisional no estado de São Paulo. Ele também indagou Leonardo se seria interessante que o comitê fizesse uma reiteração como forma de fortalecer os pedidos feitos pela defensoria.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Defendeu o fortalecimento das defensorias e sua ampliação, principalmente pelo sistema estar do outro lado que não da defesa dos direitos humanos.</p> <p>Henrique Apolinário (CONNECTAS): Disse da necessidade de ter um sistema mais automatizado de como essas denúncias estão chegando para o CNPCT para haver acessibilidade e uma dimensão do número, de onde chega e de onde vem cada denúncia, sugeriu como encaminhamento pedir uma resposta oficial do desembargador do tribunal de justiça de São Paulo, abrir esse diálogo com a corregedoria, com o CNJ e com as autoridades legais.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): pôs como gravíssimo o caso relatado e pediu atenção especial no envio de ofício com solicitação de respostas, solicitação de uma reunião com autoridades locais do executivo, porque tem uma corregedoria da SAP, acionar a imprensa para criar um fato, até para dar um pouco de força para o projeto de lei da ALESP também.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Complementou dizendo para mandarem o ofício solicitando a reunião e a partir disso, as próprias recomendações construídas lá o comitê poder levar isso referendado, construir a partir disso outras recomendações e apresentar lá e que a aprovação da lei seja uma das exigências para dar resposta para isso que acontece de forma sistemática.</p> <p>Henrique Apolinário (CONNECTAS): Disse particularmente sobre o uso de armas ditas menos letais, no Maranhão teve aprovação de um protocolo de uso da força em presídios, que entre outras coisas, toda vez que for usada a força deve ser feito um registro oficial e propôs um encaminhamento nesse sentido, e se for alegado que já existe, que seja público.</p> <p>Leonardo Biagioni (DPE/ES): Fez um fechamento agradecendo a todos os encaminhamentos propostos e reforçou a importância da aproximação do mecanismo para realização visitas de inspeção visando tirar da invisibilidade a penitenciária de Avaré, ao ser questionado por Acássio, Leonardo disse não haver entrada de outros órgãos de execução penal de São Paulo como MP e juízes nas penitenciárias e destacou a urgência em se tratar a questão do GIR, visto que São Paulo tem sido modelo para os demais estados brasileiros com relação aos grupos de intervenção rápida. Leonardo lembrou que depois da rebelião de Lucélia e depois das discussões em relação à revista vexatória, foram instalados <i>body scanners</i> nas unidades prisionais, que segundo o Conselho Regional de Técnicos em Radiologia e o Conselho Nacional de Energia Nuclear, causam efeitos nocivos</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>à saúde, porém não há isonomia para a entrada e revista nas unidades prisionais, havendo o mesmo rigor com relação a membros do MP e judiciário.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Lembrou que em Minas ou Goiás já se tem problemáticas envolvendo atuação do GIR e sugeriu como encaminhamento o mapeamento nacional da situação do GIR para o comitê dimensionar, fala que foi reiterada pela Lena, a qual citou também Urso Branco em Pernambuco e Pedrinhas.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Pediu ao doutor Leonardo encaminhar ao comitê decisão judicial que fala da prerrogativa da defensoria de ingressar nas unidades para subsidiar a recomendação.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Reiterou que o momento para ir fundo nessa questão é urgente, inclusive citando a inconstitucionalidade desses grupos até no sistema socioeducativo no encontro (reunião ordinária) onde vão estar autoridades do sistema de justiça.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Levantou a questão de ser discutida nessa reunião o protocolo de uso da força.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Referendou que a haja na próxima reunião conversa sobre controle externo do uso da força desses agrupamentos especiais de intervenção nas unidades prisionais usando o caso de São Paulo como caso emblemático e levantar o papel do Ministério Público, do judiciário no controle externo desse grupos e discutir também o papel do comitê na elaboração de recomendações que possam subsidiar diretrizes nacionais para protocolo de utilização da força e mesmo a competência mais específica para esse tipo de recomendação sendo do CNPCP, o comitê tem também em sua competência avaliar e propor políticas de prevenção e de combate à tortura e como produto dessa discussão, tirar como encaminhamento do comitê um documento que possa nortear princípios e diretrizes gerais para atuação desses grupos e para o papel de controle externo, ele lembrou que recomendação do socioeducativo diz respeito a um procedimento específico que é do 191 do ECA, então seria o caso de fazer uma específica para o sistema prisional a qual poderia ser encaminhada para todos os estados sobre a da importância da ação da defensoria na tutela coletiva dos direitos e na importância de ter acesso irrestrito.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pediu voluntários para elaboração dessa minuta.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Com base na Resolução do CNPCT nº 4 lá de 2016, sugeriu que fossem designados membros responsáveis por acompanhar esse procedimento para maior empoderamento e que possam acompanhar um trabalho compartilhado com a secretaria executiva, otimizando e permitindo que o comitê se aproprie desses encaminhamentos das devolutivas e cobranças, sugerindo já o pessoal de São Paulo, IBCCrim, além de ele mesmo se voluntariar.</p> <p>Leonardo Biagioni (DPE/SP): Se disponibilizou para compartilhar relatório sistematizado desde 2013 sobre estatísticas de atuação do GIR em São Paulo e sugeriu que o comitê oficie as defensorias em seus núcleos especializados para mais dados concretos.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Agradeceu a presença do Doutor Leonardo e confirmou o horário da reunião do dia 2/08/2018 para início às 9 horas da manhã.		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Enviar Memorando ao MNPCT solicitando a realização de uma “Visita de Inspeção” prioritária ao Estado de São Paulo, com foco na Penitenciária de Avaré I, em articulação com representantes do NESC/DPE/SP.2) Convidar o NESC/DPE/SP, DPE/MG e DPE/GO e o Desembargador do TJSP responsável pela Execuções Penais no estado para participarem, como observadores, da RPO/CNPCT temática com os órgãos do Sistema de Justiça, de acordo com o encaminhamento anterior da 20RPO.3) Enviar Ofício do CNPCT as autoridades do Estado de São Paulo, com base nas informações do NESC/DPE/SP, reiterando o papel da DPE e solicitando providências em relação a Penitenciária Avaré I.4) Indicar os representantes da CONECTAS, IBCCRIM e ASBRAD para realizarem o acompanhamento local, em nome do CNPCT, dos pedidos de providências do colegiado em relação a Penitenciária Avaré I.5) Indicar os representantes da ANCED como responsáveis pela elaboração de uma proposta de Recomendação do CNPCT sobre a atuação das Defensorias Públicas nas unidades do Sistema Prisional, a ser submetida a Mesa Diretora do CNPCT para inclusão na pauta das próximas RPOs.6) Incluir a discussão de Grupos de Intervenção no Sistema Penitenciário e SINASE.		

2º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	2 de Agosto de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Akemi Kamimura	Vice-Presidente(a)	Titular	GOV	01
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	02
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Membro (a)	Titular	OSC	03
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	04
SNPIR/MDH	Roseli de Oliveira	Membro (a)	Titular	GOV	05
ASBRAD	Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo	Membro (a)	Titular	OSC	06
GTNM/BA	Joviniano Soares de Carvalho Neto	Membro (a)	Titular	OSC	07
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	GOV	08
SMDH	Tiago Martins Ferreira	Membro (a)	Suplente	OSC	09



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ANCED	Acássio Pereira de Souza	Membro (a)	Titular	OSC	10
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	11
ISER	Rafaela Cristina Bonifácio Albergaria	Membro (a)	Suplente	OSC	12
CONNECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	13
IBCCRIM	Sheila Santana de Carvalho	Membro (a)	Suplente	OSC	14
MDS	Francisco Coullangers Xavier	Membro (a)	Titular	GOV	15
SPM	Renata de Brito Teles	Membro (a)	Titular	GOV	16
SNPIR/MDH	Sidnei Sousa Costa	Membro (a)	Suplente	GOV	-
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	-
PFDC	Paula Bajer Fernandes Martins da Costa	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
CNMP	Eduardo Ferreira Valério	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
OAB			
CUT			
RENILA			
MRE			
MJ			
MEC			
SEGOV/PR			

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Aprovação do Edital e da Comissão Eleitoral do 3º Processo de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para Composição do CNPCT - Mandato 2019/2020 (3ºPCP/CNPCT).		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Dando início ao segundo dia de reunião, iniciando pela pauta de aprovação do edital e da comissão eleitoral do terceiro processo de chamamento público de organizações da sociedade civil para composição do CNPCT mandato 2019 / 2020 e passou a palavra a Elias.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Os membros do comitê já tendo tido acesso à minuta do edital, Elias recordou que foram convidadas pessoas do CONATRAP para compartilhar o processo de construção das eleições deles e, após discussões, o comitê extraiu os pontos positivos da construção do</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>CONATRAP e passou-se à elaboração de proposta de minuta a ser deliberada pelo colegiado, passando a minuta também pela consultoria jurídica, seguiu o esclarecimento de que já no início a minuta estabelece as doze vagas da sociedade civil no âmbito do comitê conforme decreto regulamentado, sendo elas divididas em segmentos, o segmento um, com duas vagas para conselhos profissionais, ocupados hoje pela OAB e pelo Conselho Federal de Psicologia; o segmento dois, com oito vagas para organizações da sociedade civil <i>stricto sensu</i>, ou ONGs e movimentos sociais, redes e fóruns de uma natureza mais ampla; e o segmento três, com duas vagas para entidades representativas dos trabalhadores, estudantes, empresários e dentro desses segmentos também estão as instituições de pesquisa como o IBCCrim que hoje ocupa vaga no comitê nessa cota de instituição de pesquisa. Um elemento novo de discussão foi a conceituação do que seriam essas para deixar claro que haverá mais à frente no processo questões de documentação, na sequência, uma fase de discríção onde há especificação de prazo para as organizações interessadas manifestarem formalmente seu desejo de participarem do processo seletivo e encaminhar a documentação solicitada para comprovar sua situação, seja como eleitora, seja como candidata, após a habilitação dos eleitores, a fase seguinte então seria a seleção que será feita por meio de assembleia virtual, incorporando a questão da tecnologia trazida pelo CONATRAP, por fim, uma vez depois da assembleia virtual onde vão ser escolhidas as entidades candidatas, partiremos para momento de indicação dessas entidades já eleitas e de quem seriam os representantes titulares e suplentes que comporão o colegiado, nomes a serem encaminhados para a presidência da república e designação formal pela presidência conforme previsto em lei e decreto. A comissão eleitoral será composta de 5 membros: vice-presidência do comitê, secretaria de promoção da igualdade racial, secretaria de políticas para mulheres, comitês de prevenção e combate a tortura estaduais e uma vaga para, representante do Ministério público Federal através do PFDC, seguida da explicação dessa lógica de composição que prevê representação de diversidades de raças, de gênero e de região através, respectivamente, da SEPPIR a SPM representante dos comitês estaduais justamente para zelar pela questão da representatividade regional no âmbito do comitê, por último a PFDC, enquanto fiscal da lei para acompanhar o processo eleitoral, porém lembrou que para compor a comissão eleitoral as entidades terão um processo simplificado, apresentando sua documentação básica falando de sua existência e comprovando dois anos de atuação em direitos humanos, tempo a ser discutido pelo pleno. Para entidade candidata, apresentação de relatório de atividades e carta de propostas de intenção documentos de base para apreciação, avaliação dos e posterior votação. Para entidades de natureza formal, documentos como estatuto, CNPJ, ata da diretoria serão solicitados inclusive para confirmar a legitimidade da diretoria ou coordenação que no momento pós-eleição indicará os seus representantes. Para movimentos sociais e redes será solicitado documento que diga sobre a organização interna, da sua atuação, como por exemplo, documentos de veículos de comunicação de ampla circulação, enfim, elementos que mostrem como se organiza o movimento, como é estabelecida sua direção nacional, como se tomam decisões e como chegará à indicação dos representantes que irão compor o colegiado. Depois de toda análise de documentação, passa-se à fase de habilitação, onde seria esperado cinco anos de atuação das entidades na temática de direitos humanos. Uma vez habilitados os eleitores, formado o colégio eleitoral e formados os candidatos no processo parte-se para a assembleia virtual</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>incorporando a tecnologia e o novo sistema. O representante de cada organização receberá um <i>login</i> e senha do sistema acesso à assembleia virtual e envio de seu voto, esses representantes terão um prazo anterior ao dia do voto para credenciamento e conferência de <i>login</i> e senha através do Sistema HELIOS de Votação Online, um sistema bastante confiável e que permite auditoria da comissão eleitoral e de convidados, surgindo a figura dos fiscais que acompanharão as eleições para legitimar toda a questão. A proposta é de dois dias para acontecerem as votações sob supervisão e acompanhamento da comissão eleitoral observando principalmente as eventuais intercorrências. Chegando o momento de encerramento da votação e fechamento das urnas, anotadas todas as intercorrências, a comissão eleitoral decidiria todos os casos e uma vez resolvidos, cada um dos membros da comissão eleitoral entraria com a sua senha para então autorizar o sistema a habilitar a apuração de todos os votos recebidos e já dar o resultado final, ele geraria o boletim de urna com todos os votos e a partir de então a comissão eleitoral validaria, homologaria em ata juntamente com todas as intercorrências para então apresentar ao comitê nacional na reunião seguinte para homologação efetiva do resultado.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Abriu espaço para destaques relativos ao tópico das inscrições.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Destacou o item 1.2.2 que diz sobre a entidades terem representação em um terço das unidades da federação e sobre o 4.1.1 conflita com o item 1.2.2 quando aquele pede documentação jurídica, porém este diz que a entidade pode não ter natureza jurídica institucionalizada.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Disse temer que entidades sem compromisso com a defesa dos direitos humanos interfiram no processo, então sugeriu que no item 1.1 nos 2 e 3 que se acrescentasse “da sociedade civil com atuação prioritária relacionada à prevenção de combate à tortura e no 2 também, instituições de ensino, pesquisa com atuação prioritária”, porque este adjetivo daria o fundamento para um eventual indeferimento de uma organização não comprometida.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Concordou, mas sugeriu que em vez de “prioritária” se colocasse “na defesa de direitos humanos”.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Complementou dizendo que uma entidade defender os direitos humanos não necessariamente a faz atuar prioritariamente. Mariana prosseguiu sobre o item 1.2, reforçando que realente considera um terço das unidades da federação muita coisa e pediu revisão, além do 1.9, onde a seleção mencionada na alínea D e não C do item anterior.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Propôs a leitura conjunta do edital para organizar melhor a discussão.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pediu uma definição para substituir o “um terço das unidades da federação”.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Sugeriu a garantia de pelo menos um representante do movimento negro.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Reiterou a necessidade de seguirem o edital ponto a ponto e disse dos próprios editais que foram produzidos com relação à contratação dos peritos para os mecanismos que trazem expressamente que a o comprometimento, trajetória e luta na agenda de direitos humanos, uma</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>terminologia já adotada e seria interessante que fique bem clara essa situação, outra questão foi em relação a reconduções de entidades e para finalizar, questionou se as entidades eleitoras podem votar em seus pares da sociedade civil para dentro do processo.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Expôs que a CONJUR/MDH entendeu que elas poderiam se habilitar para o chamamento, mas que a comissão de seleção considerasse se não houvesse outras organizações que tivessem se candidatado, na ausência de outras organizações.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Insistiu no entendimento de que a dá a entender que quem não pode ser reconduzido é o representante, sendo necessária alteração na resolução apontando que a instituição pode ser reconduzida só uma vez, lembrando que a modificação não é retroativa e que os membros presentes podem se candidatar e ser reconduzida mais uma vez conforme seu entendimento que seguiu como proposta.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Solicitou a Secretaria Executiva do CNPCT a leitura do parecer jurídico da CONJUR/MDH sobre os dois pontos de dúvida sobre recondução, tendo como pontos principais o entendimento de que a intenção do legislador foi segundo parágrafo oitavo do artigo sétimo da Lei nº 12.847 de 2013 para aumentar a representatividade, aumentar a diversidade da representação, e considerando a representatividade e diversidade como princípios que norteiam a escolha dos membros e tendo em conta que o mandato pertence às entidades e não especificamente aos representantes interpreta-se a lei no sentido de que as organizações com dois mandatos consecutivos podem se inscrever no processo de chamamento público para o terceiro mandato, mas a comissão de seleção só poderá habilitar suas candidaturas caso não existam outros concorrentes aptos de modo a permitir dentro do possível a rotatividade das entidades.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Disse que uma coisa é relacionada à redação do edital que traz nenhum impedimento para inscrição de algumas entidades, outra coisa é o posicionamento político que esse comitê vai tomar.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Acrescentou que a procuradoria jurídica disse que a lei sugere que se faça a rotatividade.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Propôs que se aprove uma regra de transição que haja consenso de que as organizações presentes poderão concorrer e colocar na pauta da próxima reunião a discussão modificação na resolução. Além disso, em relação a dinâmica de revisão de toda minuta do edital, sugeriu que os pedidos de destaque venham acompanhados da indicação do tipo: se para inclusão, mudança ou supressão de texto, não sendo necessária uma explicação ou defesa nesse primeiro momento para dinamizar os destaques. Depois o a plenária retomaria a leitura e verificação da posição final do colegiado em cada destaque registrado.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Propôs que a própria Rafaela (ISER) realizasse a leitura de toda a minuta do edital, enquanto a Vice-presidência realizaria o registro de identificação dos itens onde haveria destaques e aqueles onde a plenária não precisaria revisar a redação.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Rafaela Albergaria (ISER): Realizou a leitura de toda a minuta do edital para registro dos destaques e pontos de consenso.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Ao final da leitura do edital expôs uma dúvida sobre o cronograma que dizia da posse dos representantes do CNPCT no mandato 2019/2020 prevista para 7, 8 de fevereiro de 2019, sendo que o mandato dos membros atuais termina dia 23 de dezembro. O que é que ocorreria entre o fim do mandato e a posse dos novos representantes, e se o CNPCT não se reuniria. Perguntou qual seria a estrutura que responderia pela questão de combate à tortura no período interregno.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Pontuou a observação como importante, principalmente o procedimento de transição entre os mandatos, porém sugeriu encaminhar a questão para assessoria jurídica e seguir com os destaques.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Pediu para destacar o trecho “um terço das unidades de federação”.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Solicitou que os destaques fossem pontuados com suas respectivas sugestões de texto.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Sugeriu que, o item 1.1 fosse alterado para “entidades com atuação prioritária na atuação em prevenção e combate à tortura” e no item 1.1.b);, segmento dois, oito vagas para movimentos sociais, fóruns, redes ou organizações da sociedade civil com atuação prioritária relacionada a prevenção e combate a tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos ou degradantes”, Rafaela sugere “e assistência às vítimas”.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Revelou preocupação com o termo “prioritárias” pois pode afastar entidades que podem contribuir, sugeriu então “compromisso e atuação na prevenção e combate a tortura e na luta por direitos humanos” e ressaltou que nos últimos editais não foi contemplada organização de movimentos sociais negros que precisariam ocupar este espaço também.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu no item 1.2 mudança no “um terço” para “três regiões”.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Propôs que o texto que fale de as entidades serem comprometidas na agenda de direitos humanos e atuem na prevenção e combate a tortura conste no item 1.1 “preenchimento das doze vagas reservadas a conselhos de classe profissionais, organizações da sociedade civil que atuam na agenda de direitos humanos e na prevenção e combate à tortura para a composição do comitê nacional” seguido dos três segmentos.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Complementou que no segmento 2 deve ter pelo menos um representante do movimento negro, abrindo o item 1.10 conforme observação da presidente Akemi e solicitou e obteve o consenso do pleno sobre o texto proposto por Sheila.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH) - Resgatou o comentário de Mariana que dizia que, no decreto, no artigo oitavo inciso segundo vai aparecer dois representantes titulares de conselhos de classe profissionais.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Formulou o seguinte texto para o item 2.2 “a composição prevista no item anterior visa garantir a observância da</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
			<p>representatividade e diversidade de representação de raça, etnia, gênero e de região”.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Sugeriu para o item 2.2 “a seleção prevista neste edital observará os seguintes critérios: atuação na área de prevenção e combate a tortura, diversidade e formação profissional, diversidade de raça, cor e etnia”, conforme texto do edital de seleção do mecanismo.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pontuou que seria ideal a especificação dos recortes nas diretrizes.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu que fosse colocada essa questão das doze vagas e uma ser direcionada a entidade do movimento negro.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Sugeriu apontar o critério racial, de gênero, a distribuição territorial dentro das disposições preliminares da eleição, seria elemento determinante para a escolha e para a composição da representação da sociedade civil.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Lembra que no item 10.10 da carta do encontro diz: “<i>garantir a presença e a participação de organizações sociais negras e de expressão nacional que historicamente envolvidas nas lutas de prevenção e combate à tortura, a todas as formas de tortura e exclusão social nos comitês estaduais e nacional</i>”, para esclarecer dúvida do senhor Joviniano sobre a questão de reserva de vagas e ilegalidade.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Disse da legitimidade de conciliar a lei da criação do comitê com uma lei que é posterior, mas que prevê que todo cargo e função da administração pública federal tem que obedecer a cotas.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Propõe que dentro do item 1.1 seja incluído um dos elementos para a eleição onde seriam reservadas uma vaga pelo menos para organizações de combate ao racismo, uma vaga para organizações comprometidas com direitos das mulheres e LGBT.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Pontuou que assuntos foram atropelados e no item 1.1 ele não concordou com o texto por abrir muito a possibilidade de entidades não comprometidas participarem.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Defendeu uma postura mais ousada do comitê e a possibilidade de proporem mecanismos de ampliação da representação de categorias e públicos sociais dentro da composição do colegiado.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Concordou com Eduardo e sugeriu utilizar a linguagem do decreto “com atuação relacionada a prevenção e combate a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes” e disse da necessidade de um dispositivo para questões de impugnação, não há interesse em restringir que outros movimentos que não trabalhem prioritariamente com combate a tortura, mas lidam com a temática possam também, até para oxigenar o comitê, seguir o que está preceituado no decreto que não fala dessa atuação prioritária.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Defendeu dizendo que pelo momento político, onde há pessoas sem interesse na defesa dos direitos humanos, é necessário proteger o comitê.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Mariana Carvalho (CC/PR): Levantou a possibilidade de ninguém se candidatar à vaga X e questionou como seria ocupada essa vaga, defendendo que o colegiado tem de buscar prever quais seriam as regras para esses casos. Sugere a criação de um grupo que possa pensar rapidamente esses pontos e propor redação para dispositivos que regulem essas situações.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Levantou a problemática de se ter uma eleição muito complexa, citando alguns problemas que ela observou nas eleições do CONDEP/SP e do CONATRAP/MJ.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Expõe que concorda em deixar “atuação relacionada à prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes”, porém sugere colocar no caput algo que especifique um eixo específico de atuação das entidades, como por exemplo, enfrentamento à violência institucional, e lembra que, diferentemente das eleições do CONDEP, será solicitado às entidades um item de comprovação de atuação, o que não ocorreu nesse outro processo seletivo.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Defendeu a reserva de vagas e disse que a própria seleção do mecanismo teve recomendação da Ministra para que constasse política de ação afirmativa.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Expôs sua preocupação com relação à tentativa de colocar tudo dentro da lei, dos regimentos, o mais detalhado possível coisas que são resolvidas no processo político, não pode abrir à participação de entidades recentes como LGBT e de outro lado fechar solicitando uma lista de requisitos formais, outro ponto salientado foi sobre a reserva de cotas ser importante, mas deve ser colocada de um modo claro na hora da votação.</p> <p>Andrey Lemos (MS): Em sua intervenção questionou a real necessidade de exigir 5 anos de atividade para as entidades sendo que o que o comitê é precisa é que as entidades existam e atuem efetivamente na defesa dos direitos nos negros, mulheres e LBGT e que tenham condições de contribuir e se for preciso que sejam revistos os critérios de participação nesse processo eleitoral, pois o importante o objetivo comum nesse comitê é de combater a tortura no Brasil.</p> <p>Tiago Ferreira (SMDH): Se posicionou a favor de incluir as reservas de vagas.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Pediu respeito aos momentos de fala e expôs o texto formulado para o item 1.1.B e 1.1.C “Serão reservadas uma vaga para organizações que trabalhem prioritariamente no combate ao racismo, uma vaga para organizações que atuem na temática de violência de gênero e uma vaga para organizações que trabalhem contra a LBGT fobia com ênfase na prevenção e combate à tortura. Todas com atuação com ênfase na prevenção e combate à tortura, penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Não havendo organizações com esse perfil inscritas e habilitadas, as vagas serão direcionadas para ampla concorrência” e sugeriu “com ênfase” para “que atuem na defesa e na promoção de direitos humanos com ênfase na prevenção e combate à tortura, penas e outros tratamentos cruéis e degradantes”.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Sugeriu acrescentar “ao menos uma vaga” ao texto sugerido por Rafaela.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Maria Elena (Justiça Global): Interveio lembrando que, para avanço, os brancos têm que abrir mão de seu privilégio.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Pediu propostas concretas de texto.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Solicitou ao pleno que se houvesse alguém contrário ao texto sugerido por Rafaela se manifestasse, porém Mariana pediu votação entre a sugestão dela e de Rafaela.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Confirmou que a proposta da Rafaela já estava sendo redigida por Elias e que a Mariana pontuou o caput do 1.1, ela solicitou o registro das entidade e órgãos presentes.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Sugeriu a inclusão de entidade composta por familiares ou usuários, vítimas diretas ou indiretas de tortura.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Leu o texto da redação proposta com relação à seleção das organizações da sociedade civil listadas nos itens 1.1.b e 1.1.c “<i>serão reservadas uma vaga para organizações que atuem prioritariamente no combate ao racismo, uma vaga para organizações que atuem prioritariamente na temática de gênero, uma vaga para organizações que atuem prioritariamente contra a LGBGT fobia e uma vaga para organizações de vítimas diretas e indiretas de tortura. Todas com ênfase na prevenção e combate à tortura, penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Não havendo organizações com esse perfil inscritas e habilitadas, essas vagas serão direcionadas para ampla concorrência</i>”.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Questionou sobre o segmento 3 que fala de representação de trabalhador, de estudante, de empresário ou instituição de ensino e pesquisa, quando uma organização estudantil geralmente não tem o recorte LGBT, por exemplo.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Reforçou o comentário de Mariana e sugeriu alterar de “organizações que atuem prioritariamente contra LGBT fobia” por “organizações que atuem em defesa dos direitos da população LGBT”.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Interveio dizendo que é oriunda do Grupo Negro da PUC São Paulo reforçando que há sim entidades que possam concorrer.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Disse que está bem explicitado no texto que “não havendo organizações com esse perfil inscritas e habilitadas as vagas serão direcionadas para ampla concorrência” e defendeu que há sim entidades como o Movimento de Memória de Verdade e Justiça que atuam diretamente coma temática Andrei lembrou que grandes centrais sindicais e federações de trabalhadores na sua grande maioria já fazem debate de raça e de gênero, tem setoriais específicos e coordenações.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Põe em pauta que a palavra “prioritariamente” restringe a participação de entidades que não tem atuação direta com a agenda.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pontuou que o horário não permitirá o cumprimento de toda a pauta.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Pediu urgência na deliberação sobre o plano de trabalho, que trata das visitas programadas no sistema socioeducativo junto com o</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>mecanismo e propôs deixar a discussão da resolução da comissão permanente para a outra reunião.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pediu anuência do pleno para que a seleção do mecanismo fique para a próxima reunião a ser realizada final de setembro, sendo que o ideal seria aprovarem os dois editais ainda nesta reunião para não haver atraso na seleção e nomeação tanto dos novos membros para o próximo biênio, como dos peritos cujos mandatos encerrarão em dezembro, porém teria a premência em relação ao cronograma e o monitoramento do plano de ação do comitê teria a pendência dos GTs de diretrizes nacionais de comitês e mecanismo e de regulamentação da seleção de peritos do mecanismo, ambos sem produto final e com prazo a vencer, além da comissão permanente de mulheres no sistema penitenciário que precisaria de ajustes.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Sugeriu adiamento dos GTs, a comissão da mulher, e sobre o plano de trabalho ela sugeriu que o pleno encaminhasse suas considerações via eletrônica para Acássio para que ele consolide e circule a versão final para apreciação do pleno na próxima reunião e que houvesse votação somente para o cronograma.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Pediu para a conclusão do edital preceder a votação do cronograma.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Concordou com Sheila, porém pediu compromisso dos colegas em cumprir um prazo de 15 dias para envio das recomendações.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Pediu mais uma vez que o cronograma seja apreciado como primeiro item após o almoço.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Então sugeriu de fazer antes mesmo do almoço, o que foi referendado por Rafaela e ainda indagou sobre a possibilidade de uma reunião extraordinária.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Disse da dificuldade orçamentária para mais uma reunião.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Então pediu ao pleno que referendasse o cronograma do plano de trabalho do GT/SINASE pela urgência das missões conjuntas e por se tratar de uma proposta conjugada com o mecanismo.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Organizou da seguinte forma: edital de peritos discutido na próxima reunião em setembro, ficando a tarefa de todos lerem e encaminharem sugestões para a mesa diretora até dia 17 de agosto a tempo de a mesa diretora se reunir no fim de agosto ou início de setembro para elaboração de minuta mais consolidada para a próxima reunião dia 20 e 21 de setembro, em relação à resolução para comissão permanente de tortura no socioeducativo, ficará também para a próxima reunião, assim como a pauta administrativa e monitoramento do plano de trabalho, discutindo de imediato somente o calendário do plano de trabalho e o edital de chamamento público e as discussões dos GTs e a comissão permanente se houver tempo hábil.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Questionou o texto “não havendo organizações com esse perfil inscritas e habilitadas as vagas serão direcionadas para ampla concorrência”, não seria ampla concorrência, seria concorrência das organizações adequadas ao perfil da prevenção à tortura.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Eduardo Valério (CNMP): Disse que a previsão da ação afirmativa vai exigir que o edital seja revisto em vários aspectos e sugeriu que depois do almoço se crie uma comissão que redija e submeta o texto eletronicamente porque não teria tempo de ver esse nível de detalhamento com a segurança que o processo eleitoral precisa ter.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Lembrou que algumas narrativas que utilizadas no edital do mecanismo que são relacionadas à natureza do comitê e pode funcionar também nesse caso.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Suspendeu as atividades da manhã e convocou o retorno do almoço para às 14h15.</p> <p>DISCUSSÃO RETOMA APÓS ALMOÇO - TARDE</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Após constatação de quórum mínimo para condução das pautas, as atividades são retomadas no período da tarde.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou que a pauta ainda restante a ser tratada no período da tarde seria restrita aos membros do comitê e convidou os convidados a não participarem da discussão pelo teor restrito de sua pauta, em exceção ficaram presentes o PFDC e o CNMP em razão do seu acompanhamento como fiscais da legalidade. Após contextualizar até que ponto tinha ido a discussão da manhã, alertou da premência em aprovarem o edital ainda nesta reunião por conta do cronograma de revisão jurídica e publicação no Diário Oficial e período de inscrições, tudo para garantir a nomeação dos novos membros ainda no ano corrente.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Na sequência leu a proposta de redação encaminhada por Rafaela: <i>“fica instituído para ingresso de organizações da sociedade civil, especificamente os seguintes previstos nas alíneas “a” e “b” do item 1.1 deste edital reserva de uma vaga para organizações de promoção da igualdade racial, combate ao racismo, uma vaga para organização que atue na promoção de igualdade de gênero, uma vaga para organização que trabalhe pela igualdade de direitos dos segmentos LGBT e uma vaga para organização de vítimas e familiares de tortura. Não havendo candidaturas de organizações com este perfil inscritas e habilitadas, essas vagas serão preenchidas pela ampla concorrência”</i>.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Lembrou que houve sugestão de alteração de “segmento LBGT” para “direitos das pessoas LGBT”.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Sugeriu, pela complexidade das discussões e devido ao pouco tempo restante para reunião, formularem uma comissão que consiga redigir os dispositivos seguintes.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Concordou com a dificuldade, porém reafirmou a necessidade de fecharem a redação sob o risco de não haver seleção do comitê viabilizada até o final do ano.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Leu mais uma vez a redação do dispositivo: <i>“As alíneas “b” e “c” do item 1.1 deste edital reserva de uma vaga para organização de promoção da igualdade racial e combate ao racismo, uma para organização que atue na promoção de igualdade de gênero, uma vaga</i></p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p><i>para organização que atue pela igualdade de direitos da população LGBT e uma vaga de organização de vítimas e familiares de tortura. Não havendo candidaturas e organizações com estes perfis inscritas e habilitadas, essas vagas serão preenchidas pela ampla concorrência nos termos deste edital”.</i></p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): solicitou a proposta para substituição do critério “um terço das unidades da federação”.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu a supressão do termo e acréscimo de “que tenham atuação na área de direitos humanos, na prevenção e combate à tortura e outros tratamentos degradantes”.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Ressaltou a necessidade de esforços para que se saia do eixo Rio-São Paulo na representação do comitê.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Sugere então “<i>atuação em várias unidades do país</i>”.</p> <p>Andrey Lemos (MS): Levantou a questão histórica que garante um poder político e econômico maior na região sudeste propiciando maiores chances de funcionamento de organizações não-governamentais, porém sabe-se de situações assustadoras no norte e no nordeste do Brasil, necessitando-se de representatividade dessas regiões.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Levantou a proposta de suprimir a partir de “<i>um terço das unidades da federação</i>”, porque movimentos sociais não são só aqueles que tem um terço das unidades da federação, resolvendo a questão, levantou também que quando se pede que a entidade atue em mais de um estado há uma delimitação do perfil dela sendo que o objetivo do comitê deveria ser de ampliar as possibilidades, propôs então que se mantenha o item 1.2 suprimindo “um terço das unidades da federação” e coloque “que tenham atuação em âmbito estadual e nacional”.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Colocou em questão o exemplo do grupo Tortura Nunca Mais que é uma entidade de atuação na Bahia e que sucede entidade desde 78, com representação dos familiares dos desaparecidos políticos da Bahia e do Brasil, lembrou que a proposta pode parecer de amplitude, mas o resultado pode significar predefinição de entidades.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Apoiou a proposta da Rafaela e sugeriu trocar “atuação nacional” por “projeção nacional”.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Corroborou com Sheila e Rafaela e justificou que criar um critério tão restritivo como esse seria um retrocesso e iria à contramão da perspectiva de se trazer as políticas afirmativas.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Propôs no texto sugerido pela Rafaela que em lugar de “com ou sem natureza jurídica institucionalizada” seja “regional e/ou nacional” e afirmou que poderia ser sim “repercussão nacional” conforme sugestão da Sheila. Também, formalizou o pedido de substituição de entidade membro do comitê pela ausência injustificada da OAB nas três últimas reuniões do o que, pelo regimento, deveria ser substituída pela suplência, Sávio reiterou a importância de registro de todas as ausências, não só da OAB, pois há faltas tanto do governo quanto da sociedade civil.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
			<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou a questão regimental e levantou o fechamento do item do edital que estava em pauta e foi consensuado o texto do item 1.2.2 que tenham atuação regional, estadual ou nacional, retirando “pelo menos um terço”, o item 1.9 teve sua redação corrigida de alínea “c” para “d” e virou item 1.10 que foi acrescentado o item 1.2. Passando para o item 2.1, informou que houve destaque de Joviniano que questionou sobre como serão escolhidos representante dos comitês estaduais, Mariana também fez observação neste ponto e sugeriu a abertura de um item falando que este representante será indicado pela rede instalada a partir do 3º Encontro Nacional de CEPCTs e MEPCTs.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Pontuou como importante ter uma organização da sociedade civil na comissão de seleção e disponibilizou o IBCCrim para compor esta comissão considerando que a entidade não vai tentar a recondução por ser este seu segundo mandato.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Reiterou que a sociedade civil tenha uma representação, ela propôs que a indicação do comitê estadual surja da sociedade civil presente, que seja estabelecido um critério para escolha do representante do comitê estadual que vai compor a comissão eleitoral e que se inclua também o mecanismo estadual na comissão eleitoral.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Reiterou que tem na comissão eleitoral a vice-presidência, um representante da secretaria nacional de promoção da igualdade racial, da SPM, comitê estadual de prevenção e combate à tortura, PFDC e tem a proposta de incluir também sociedade civil.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Levantou a questão de que é importante a participação de uma organização da sociedade civil nesse comitê eleitoral apenas para direcionar mais o olhar da sociedade civil para dentro do processo, porém ela pontuou que não considera necessária a participação do mecanismo considerando a autonomia do comitê para fazer essa gestão e que a rede ainda está em fase de organização e pode ser mobilizada para o engajamento do colégio eleitoral e disse que a comissão deve ficar restrita a essas organizações que já estão no âmbito do CNPCT.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Questionou sobre como seria a escolhida do representante do comitê estadual e disse que os comitês que devem escolher o seu representante.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Reiterou que não é contra a indicação de representante pela Rede, porém ela ainda não está consolidada.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Disse que sua proposta é de que se tenha sim representação da sociedade civil dentro dessa comissão, mas que seja de uma das organizações que já compõem o comitê, não necessariamente o IBCCrim e confirmou que o IBCCrim não vai se candidatar no processo de seleção e tem muito interesse em ser uma eleitora.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Perguntou se não havia no comitê outra instituição para compor o colégio eleitoral em lugar do IBCCrim e questionou sobre a Rede não poder ser acionada a partir do grupo de WhatsApp criado.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Para organizar as propostas, lembrou que a proposta da minuta é que a comissão de seleção seja</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
			<p>composta por 5 membros: vice-presidência, SPM, SEPPIR, comitê estadual e PFDC. Nesse sentido, em relação a proposta de um representante dos comitês estaduais, pontua que houve questionamento como e seria eleito, é pela rede ou não. Outro questionamento foi se a sociedade civil do comitê participasse desta comissão seria um outro elemento, em vez de 5 são 6 ou sai o comitê estadual e entra sociedade civil.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Comenta que, observando que a Rede não está ainda em pleno funcionamento, sugere a troca do comitê estadual pelo IBCCrim, ficando o colégio eleitoral com número ímpar.</p> <p>Sávio Filho (MD): Sugeriu a indicação do comitê mais antigo e ponderou sobre não haver outro representante da sociedade civil em lugar do IBCCrim para evitar questionamentos.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu dar um prazo para os comitês indicarem um representante e que o pedido seja feito por e-mail e telefonema, não por WhatsApp. Karolina defendeu que mencionou o WhatsApp para mero questionamento, no caso de formalização de indicação, logicamente seria por papel e mencionou que a Rede não foi instituída à toa e é preciso valorizar essas iniciativas e não aprovou o critério de antiguidade e pontuação como positiva a participação do IBCCrim.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Abriu para votação sobre manter o comitê estadual de prevenção e combate à tortura ou não, questionando se ainda há dúvidas sobre o tema da votação.</p> <p>Andrey Lemos (MS): Elucidou dizendo que se o modelo de 5 membros é adequado, qual entidade sairia para a sociedade civil entrar.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Disse achar importante a participação da Rede, porém por estar ainda em fase de organização, ela retirou sua proposta e defendeu a proposta da Roseli de substituição.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Abriu-se votação para incluir ou não uma representação do comitê de prevenção de combate à tortura por uma organização da sociedade civil, votaram a favor: Andrey Lemos (MS), Tiago Ferreira (SMDH), Francisco Xavier (MDS), Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH); Henrique Apolinário (Conectas); Mariana Carvalho (CC/PR); Dalila Figueiredo (ASBRAD); Akemi Kamimura (SNC/MDH); Joviniano Neto (GTNM/BA); Rafaela Albergaria (ISER); Maria Elena (Justiça Global); Sheila Santos (IBCCrim); Renata Teles (SNPM/MDH); Acássio de Souza (ANCED). Sávio Filho (MD), se absteve. Dando sequência aos itens do edital, no 2.4.2 “instruir e qualificar, apreciar e decidir recursos, decidir decisões do presidente”, onde houveram destaques de Joviniano Neto (GTNM/BA) e Eduardo Valério (CNMP).</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Propôs a seguinte redação: “a documentação apreciada e deliberar sobre a inscrição de entidades” e sugeriu a supressão do item 4.2 por entender que recursos contra a comissão eleitoral são apreciados pelo pleno.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu a retirada do item 4.1.1 comprovante de inscrição no cadastro de pessoa jurídica da receita federal.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou que no item 4.1.1 consta CNPJ, para conselho, entidade e organização da sociedade civil e no</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>item 4.1.2 consta, para movimentos sociais, fóruns e redes, comprovante de CNPJ quando houver. A proposta de dois anos para condição de eleitor e 2 anos para condição de candidato foi aprovada por consenso. No item 4.1.1 “publicado a partir de 2016” houve proposta de retirar “publicado”.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Disse ter dúvidas sobre trecho da redação que fala sobre os relatórios de atividades e pede esclarecimento.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Interferiu sobre dúvida de Roseli sobre “a partir de 2016” dizendo que não exclui atividades anteriores ao ano de 2016, porém explica que é necessário que a entidade formule relatório sucinto e atualizado das atividades que foram desenvolvidas nesse tema no mínimo a partir de 2016.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Complementou dizendo que neste relatório deve constar atividades posteriores a 2016 também.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Disse da utilização do termo “relatório sucinto”, em seu entendimento deveria ser ‘memorial’, a redação então passou a constar “Memorial das atividades e ações específicas desenvolvidas no tema prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas desumanas ou degradantes no Brasil”.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Sugeriu mudar “suas atuais lideranças nacionais” por “direção da entidade”, no item 4.1.2.6.</p> <p>Eduardo Valério (CNMP): Pontuou no item 5 que, para segurança do processo eleitoral, que no momento de habilitação das candidaturas as entidades apresentassem, caso eleitas, o seu representante e seu suplente com nome e documentação.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Lembrou que algumas entidades fazem até assembleias para decidirem seus representantes, ficando a proposta de Eduardo descartada.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Sugeriu mudar a redação do item 5.2 “estarão aptos a serem votados com direito a voto também” para “estarão aptos a serem votados” e incluindo o item 5.4 dizendo “toda entidade candidata terá direito ao voto”.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Propôs no item 6.2.2 suprimir o texto a partir de “comprovado por meio de estudos”.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Sugeriu que neste ponto o eleitor pudesse ser alguém que trabalha com direitos humanos e que direta ou indiretamente dialoga com as agendas do comitê ampliando o comitê.</p> <p>Dalila Figueiredo (ASBRAD): Reiterou que focar somente na questão da tortura há um risco de não haver número interessante de participação do Brasil de norte a sul, pois um dos grandes desafios desse coletivo é de dar visibilidade à existência do mesmo.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou a proposta de texto para o item 6.2.6.2 “comprove existência e atuação na defesa e promoção de direitos humanos preferencialmente na prevenção e combate à tortura e outras penas cruéis, desumanas e degradantes no Brasil”.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Rafaela Albergaria (ISER): Pontuou o item 6.2.3 com sugestão de supressão de “direção executiva”.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou o texto “indique como delegado eleitoral representante vinculado ao conselho ou organização”.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): No item 7, pontou sobre o pouco tempo para credenciamento ser uma hora, e para votação nacional serem três horas.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou que consta horário de nove às dezoito, seguindo como proposta o texto “o credenciamento fica no dia X das 9h às 18h e a eleição no dia X das 09h até as 18h do dia seguinte”.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Propôs dois dias para credenciamento.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Pontuou no 7.1 sobre “cada delegado poderá votar em até 12 candidatos”, o “poderá votar” poderia ser “deverá”.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Levantou a questão da possibilidade do voto nulo.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Disse não fazer sentido prever voto nulo ou branco numa eleição, quando não há obrigatoriedade de votação.</p> <p>Andrey Lemos (MS): Sugeriu que a votação fosse até 23 horas e 59 minutos e reiterou a observação de Joviniano sobre os votos, que sejam obrigatoriamente em 12 entidades para evitar malícias de mobilização política.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Relatou que não haveria possibilidade de suporte técnico de TI para votação até às 23 horas e 59 minutos ou para evoluções no sistema (alterações na forma de funcionamento).</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Sustentou que uma entidade pode não se sentir confortável para votar em alguma que ela não conheça e desejar realizar o voto em menos de 12 entidades.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): Pontuou que a falta de conhecimento da plataforma para votação dificulta o entendimento de seu funcionamento prático, se posicionou a favor da não obrigatoriedade do voto em 12 entidades e reiterou que o melhor horário par votação é até às 23 horas e 59 minutos.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Reafirmou a indisponibilidade de equipe técnica da TI para tal horário.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Pontuou que em casos de queda de sistema e dificuldades no voto, há outro dia para sanar qualquer problema e se posicionou a favor da liberdade de voto em menos de 12 entidades.</p> <p>Andrey Lemos (MS): Reforçou o horário até às 23 horas e 59 minutos esclarecendo que há sim problemas de internet, porém a pessoa pode fazer <i>print</i> da tela e encaminhar para a comissão eleitoral e não ser responsabilizada pelo ocorrido e a comissão eleitoral avalia. Sobre o voto livre, ele ponderou que uma entidade de combate à tortura minimamente conhece outras organizações que trabalham com o tema, podendo sim escolher a quantidade de 12 votos para não</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>haver possibilidade de poucas vagas serem preenchidas e haverem vagas em branco.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Lembrou que haverá a divulgação online das propostas de cada entidade possibilitando maior conhecimento por parte dos eleitores. Sobre dúvida de Rafaela sobre o funcionamento da plataforma de votação,</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Esclareceu o funcionamento do Sistema de Votação Helios, dizendo que a ferramenta irá produzir uma cédula digital com as opções de candidatos divididas por segmento, podendo ou não ser habilitada uma regra para estabelecer a quantidade mínima de opções marcadas, antes do eleitor enviar a sua cédula para apuração. Portanto, é possível configurar a ferramenta para o eleitor votar em no mínimo 12 candidatos ou em menos.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Propôs votação entre “poderá votar” e “deverá votar”.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Questionou então sobre a divisão dos segmentos na questão da votação.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Pontua que o sistema utilizado é de confiança, baseado em criptografia.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Pediu que na próxima reunião fosse compartilhado com todos o funcionamento da plataforma.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Registrou o pedido para pauta da próxima reunião a apresentação da plataforma e abriu votação para “poderá votar em até 12 candidatos”, sendo a favor: Francisco Xavier (MDS); Tiago Ferreira (SMDH); Maria Elena (Justiça Global); Henrique Apolinário (Conectas); Mariana Carvalho (CC/PR); Dalila Figueiredo (ASBRAD); Akemi Kamimura (SNC/MDH); Paulo Maldos (CFP); Sheila Santos (IBCCRIM). Votaram a favor de “Deverá”: Andrey Lemos (MS); Joviniano Neto (GTNM/BA); Renata Teles (SNPM/MDH). Rafaela Albergaria (ISER), se absteve.</p> <p>Rafaela Albergaria (ISER): No item 7.3 sugeriu para casos de empates o critério de regionalidade, seguido de gêneros e tempo de existência, não havendo voto contrário à proposta.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou sobre as reservas de vagas do item 7.2 e criação do critério de regionalidade, gênero, raça, LGBT no item 7.3. No item 8 sobre indicação de titulares e suplentes houve consenso do texto e no item 9 da mesma forma.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Expôs a necessidade de ficar mais claro como essa reserva vai ser aplicada na prática, pois as entidades que forem melhor votadas na ordem das reservas estabelecidas serão priorizadas, e se não tiver, segue o resultado normal.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pediu proposta de redação.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Salientou que dessa forma cria-se uma situação de exclusão onde negros e brancos são separados. Também aproveitou sua fala no momento da formulação do texto para expor sua opinião sobre a ineficiência do</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>site do MDH que se fora do ar, não se localiza as informações sobre o comitê nele, e há problemas para acesso de documentos, fato esse já registrados em outra oportunidade e encaminhados à Mesa Diretora do CNPCT.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Reiterou o que já tinha encaminhado via e-mail que canais de denúncia que não estavam aparecendo no site e há relatos de que o telefone direto do comitê não tem linha para diálogo direto com o comitê do mecanismo.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Pontuou que será verificada a situação do site do MDH, da divulgação dos documentos, das informações do comitê e a questão do contato, porém para denúncias é indicado que se ligue ou indique o número do Disque 100 e sobre a dificuldade de visibilidade do comitê no site, será reforçado junto à ASCOM/MDH o pedido para criação de link na página inicial.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Aproveitou o momento para agradecer ao comitê pela acolhida da temática apresentada no dia anterior, pelo esforço de reestruturar completamente o edital a partir da leitura sobre políticas afirmativas e convidou a todos a participarem dias 7,8 e 9 de agosto do Seminário Nacional para discutir formas de enfrentamento à violência contra a mulher negra a ser realizado em Brasília e sobre o processo de chamamento público, ela registrou a impossibilidade do governo fazer mobilização por motivo de interstício eleitoral, ficando como responsáveis as organizações sociais.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Fez a leitura da proposta de redação para os dispositivos do edital que irão regulamentar o processo de reserva de vagas para aprovação: “1º artigo: esse edital reserva quatro vagas que deve ser destinadas a, aí quatro linhas: a - uma vaga para organização de promoção e equidade racial e combate ao racismo, b – uma vaga para organização que atue na promoção de igualdade de gênero, c - uma vaga para organização que atue pela igualdade e direitos da população LGBT e d - uma vaga para organizações de familiares e vítimas diretas e indiretas de tortura que passaram por instituições de confinamento. 2º artigo: as organizações que desejam concorrer às vagas reservadas devem apresentar carta de apresentação com sua missão institucional vinculadas às respectivas temáticas. 3º artigo: na hipótese de constatação de falsa declaração as organizações serão eliminadas do processo pela comissão de seleção. Quarto artigo, que é o mais complexo, mas vamos lá. As organizações da sociedade civil inscritas no sistema de reserva de vagas e que obtiverem voto final suficiente para serem selecionadas dentro do regime geral de ampla concorrência ocuparão as vagas desse regime abrindo assim a vaga reservada no sistema de ações afirmativas às demais organizações listadas no item 2.3 que não atingiram voto no coeficiente geral”.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Declarou aprovada a Minuta de Edital do 3ºPCP/CNPCT, a ser encaminhada para manifestação da CONJUR/MDH e, posteriormente, publicação no D.O.U. Agradeceu pelo empenho e paciência de todos na construção do edital.</p>		
Encaminhamentos/ Deliberações	1) Aprovar a Comissão Eleitoral do 3ºPCP/CNPCT, com a composição e competências previstas no Edital de Chamamento Público.		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	2) Aprovar a Minuta do Edital do 3ºPCP/CNPCT apresentado pela Mesa Diretora do CNPCT, com os ajustes de redação e de mérito discutidos e aprovados na Plenária da 21ªRPO.		

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Aprovação do Edital e da Comissão de Seleção do 5º Processo de Seleção de Peritos para o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (5ºPSP/MNPCT). Discussão Cancelada (Vide Encaminhamentos de M10)		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	Discussão Cancelada (Vide Encaminhamentos de M10)		
Encaminhamentos	• Discussão Cancelada - Não houve encaminhamentos!		

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Apresentação e Deliberação da Proposta de Resolução e Plano de Trabalho da Comissão Permanente do CNPCT sobre Tortura no Sistema Socioeducativo. Discussão Cancelada (Vide Encaminhamentos de M10)		
Documentos & Subsídios	➤ M8_PlanejamentoBianualMNPCT_2018a2020.pdf		
Discussão			
Encaminhamentos	• Discussão Cancelada - Não houve encaminhamentos!		

Momento (Nº)	009	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• 2º Ciclo de Monitoramento do Plano de Ação CNPCT – 2018. Discussão Cancelada (Vide Encaminhamentos de M10)		
Documentos & Subsídios	➤ M10_RelatórioFinal_Oficina_PlanodeAções_CNPCT2018.pdf ➤ M10_Programacao_3ºEncontroNacionalCPCT&MPCT.pdf		
Discussão			
Deliberações e Encaminhamentos	• Discussão Cancelada - Não houve encaminhamentos!		

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
Assunto/Tema	• Deliberações e Encaminhamentos finais. • Leitura e Validação dos Encaminhamentos da Ata da 21ªRPO		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Informou que, apesar do cancelamento do Momento de Pauta (M8) sobre a Minuta da Resolução do		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
			<p>CNPCT que institui a “Comissão Permanente do CNPCT sobre Tortura no Sistema Socioeducativo”, houve acordo mais cedo para uma rápida apresentação e aprovação do cronograma proposto para o plano de trabalho, principalmente, no que se refere a realização das missões conjuntas do CNPCT e MNPCT de monitoramento das unidades do SINASE onde houveram muitas mortes nos últimos anos. A presidente passa a palavra ao Acássio.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Inicia sua fala expondo objetivo das missões conjuntas do CNPCT, MNPCT e CONANDA nas unidades do SINASE: apresentar definições para monitoramento da implementação das recomendações do mecanismo nos estados em que houve episódios de chacinas e mortes seguidas no sistema socioeducativo, conforme deliberação da 19ª reunião plenária ordinária do comitê onde, além disso, ficou deliberado que seria realizado um convite ao Conanda para compor essas missões. Afirma que, afirma que o CONANDA aceitou o convite e tem contribuído com o monitoramento e a implementação das recomendações do mecanismo. Ressalta algumas definições importantes: identificar os fatores de risco e de proteção para ocorrência de morte dentro das unidades a partir do monitoramento da implementação das recomendações, contribuir no estabelecimento de diretrizes de nacionais de segurança no âmbito do SINASE com foco na prevenção à tortura, identificar fatores de risco de proteção para violência de gênero em unidades socioeducativas femininas e fortalecer processos de reformas no sistema socioeducativo em andamento a partir dos relatórios já produzidos pelo mecanismo. Informa que, foram propostas visitas à quatro estados: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Distrito Federal onde foram registrados casos emblemáticos de violência e mortes no sistema socioeducativo. As visitas têm como objetivos sistematizar informações, construir uma matriz de monitoramento e fazer um relatório e, conforme o cronograma proposto, serão realizadas nas seguintes datas: Distrito Federal – 17 e 19 de setembro; Ceará – 17 e 19 de outubro; Paraíba – 22 e 23 de outubro; Pernambuco – 24 a 26 de outubro. Destaca que, Lena, Xavier e ele já estão participando das articulações com o MNPCT e CONANDA como representantes do CNPCT.</p> <p>Sávio Filho (MD): Questiona se “o mecanismo de Pernambuco também participaria do processo”.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Confirma e afirma que a ideia é resgatar as articulações locais utilizando, inclusive, os relatórios do mecanismo estadual.</p> <p>Sávio Filho (MD): Propõe que diante das funções inerentes aos integrantes do comitê que são relatar, registrar, investigar, o grupo trabalhe neste periférico que é importante consolidação das autoridades locais.</p> <p>Acássio de Souza (ANCED): Em concordância, expõe que a ideia é fazer agendas tendo em vista que as visitas são ferramentas de monitoramento de custódia e ressalta a importância de uma articulação junto às autoridades, sistema de justiça, IML, polícia civil, sendo o diálogo institucional importante para implementação das recomendações do mecanismo como versa o artigo 6º do comitê.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Sugere o envolvimento dos comitês estaduais em todas as agendas visando mobilizar os atores locais para implementação de comitê de mecanismo e fortalecer o sistema.</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
	<p>Sávio Filho (MD): Sugere a elaboração de um comunicado oficial quanto ao cronograma de visitas do comitê aos estados afirmando que isso “fortalece a questão institucional”.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Sugere uma comunicação conjunta, comitê, mecanismo e Conanda.</p> <p>Rafael Barreto (Perito MNPCT): Expõe um protocolo de sigilo utilizado no mecanismo e sugere não explicitarem o local e data de visitas às unidades.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Reforçou que quando há aviso prévio de visita há uma maquiada na unidade, são realizadas visitas emergenciais de situações de violência extrema e até de mortes e o fato de não avisar não exclui o diálogo.</p> <p>Tiago Ferreira (SMDH): Fez coro à fala da Lena e lembrou que houve inclusive situações de visitas informadas em que adolescentes do socioeducativo eram instruídos a não falarem nada sob risco de sofrerem violência.</p> <p>Sávio Filho (MD): Defendeu o fortalecimento institucional, principalmente pela representação do comitê, do mecanismo e do Conanda, e haver compreensão de todos com relação ao funcionamento do sistema.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Explicou que no protocolo de missão o estado é oficiado de que haverá visita em determinado período do mês, é garantida uma pessoa do estado para diálogo, paralelamente, são agendadas reuniões com autoridades do governo, inclusive há situações de reunião com sociedade civil onde os problemas reais são revelados e há mudança de planos no cronograma de visita.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Confirmou que a data não seja revelada e pediu deliberação sobre o cronograma apresentado e a proposição dos representantes do CNPCT, como sendo Acássio, Lena e Xavier, havendo consenso na aprovação.</p> <p>Rafael Barreto (Perito MNPCT): pediu a fala para convidar a todos que queiram participar da visita a ser realizada no socioeducativo do DF até como forma de experiência para os novos peritos e Sávio em seguida manifestou o seu interesse em participar.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Lembrou de uma questão sobre o GIR, incluir na discussão com o sistema de justiça e pensar em um momento em uma próxima reunião para discutir o controle externo de atividades de grupos de intervenção em unidades prisionais e em socioeducativo.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Sugeriu que estivessem presentes na próxima reunião juntamente com a defensoria do estado de São Paulo a defensoria de Goiás ou Minas Gerais para dar dimensão nacional para o problema.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Informou que, poderia ser contemplado na discussão sobre controle externo da atuação dos grupos de intervenção rápida e confirmou como alguns atores do sistema de justiça o CNJ, CNMP e CONDEG.</p> <p>Sheila Santos (IBCCRIM): Insistiu no diálogo junto aos órgãos do sistema de justiça serem convidadas também as defensorias de Minas e Goiás que sofrem resistências institucionais assim como a defensoria de São Paulo.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
			<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidente CNPCT – SNC/MDH): Destacou o final do prazo dos de dois Grupos de Trabalhos (GTs) do CNPCT em funcionamento e, propôs a prorrogação do prazo para término do GT de Diretrizes Nacionais para CEPCTS e MEPCTS (Resolução nº 12/2018); e, também do GT de Regulamento das Seleção de Peritos do MNPCT (Resolução nº 10/2018), o que foi aceito pelos membros presentes e, mesmo diante das dificuldades de datas e de agendas, foi solicitado um esforço para o relatório ou amadurecimento das discussões e a criação da comissão permanente sobre mulheres no sistema penitenciário.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Relembrou do pedido feito por Sávio que dizia da importância do levantamento de todas as ausências.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Complementou propondo que o levantamento seja da frequência dos representantes nas reuniões do CNPCT e pediu para que o retorno deste encaminhamento se dê antes da próxima reunião do CNPCT.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Realiza leitura final dos encaminhamentos e deliberações da 20ªRPO para validação prévia da Plenária do CNPCT, ficando apenas a redação das discussões para serem apresentadas e aprovadas na 21ªRPO.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a todos os participantes pela presença e declara encerrada a 20ªRPO.</p>
Deliberação			<ol style="list-style-type: none">1) Cancelar os Momentos M7, M8 e M9 da 21ªRPO para viabilizar a continuidade das discussões do M6, com a orientação de que a Mesa Diretora do CNPCT os inclua na Programação da 22ªRPO/CNPCT.2) Estabelecer que, comentários e propostas de redação à Minuta do Edital do 5ºPSP/MNPCT distribuída na 21ªRPO, deverão ser encaminhadas a Secretaria Executiva do CNPCT até o dia 17/08/2018 para consolidação pela Mesa Diretora do CNPCT e deliberação na 22ªRPO.3) Aprovar o Cronograma das Missões Conjuntas do CNPCT, MNPCT e CONANDA, lido na Plenária da 21ªRPO.4) Aprovar a prorrogação do prazo do GT Seleções e do GT de Diretrizes Nacionais, nos termos das Resoluções CNPCT nº 10 e 12.5) Aprovar a nova redação da Resolução que institui a Comissão Permanente do CNPCT sobre Mulheres no Sistema Prisional, com a inclusão de dispositivo explicitado suas atribuições (art. 2º) para atender a recomendação da CONJUR/MDH.6) Solicitar a Mesa Diretora do CNPCT verificação da frequência dos representantes do CFOAB nas RPOs do Mandato 2017/2018 e a observância da previsão regimental em relação as ausências nas reuniões do colegiado.7) Solicitar a Secretaria Executiva do CNPCT o levantamento da frequência de todos os membros efetivos do CNPCT no Mandato 2017/2018 e apresentação na 22ªRPO/CNPCT.

Local e Data



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.21ªRPO.CNPCT 21ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Brasília, 02/08/2018 – 18h00

Vice-Presidência CNPCT Akemi Kamimura	Secretaria-Executiva CNPCT Elias Emanuel Alves de Sousa
---	---